

LEI Nº 1.721/2006

- "Institui o Código Tributário do Município de Palmas"

A Câmara Municipal de Palmas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei, APROVOU e eu, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte:

LEI

PARTE GERAL

TÍTULO I

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Lei institui, com fundamento na Constituição Federal, Constituição Estadual, no Código Tributário Nacional e na **Lei Orgânica** Municipal, o Sistema Tributário do Município de Palmas, Estado do Paraná, e estabelece as normas gerais relativas à atividade tributária de competência do município, sujeito ativo da obrigação para exigir o seu cumprimento.

Art. 2º O Sistema Tributário do Município de Palmas, PR, é regido pelo disposto na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Paraná, na **Lei Orgânica** Municipal, e nas demais normas complementares, supletivas ou regulamentares que compõem os sistemas tributários nacional, estadual e municipal, entre elas o Código Tributário Nacional e as disposições deste Código.

CAPÍTULO II

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 3º Compõe o Sistema Tributário Municipal os seguintes tributos:

Impostos:

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU

Imposto sobre a Transmissão "Inter-vivos", por ato oneroso, de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos - ITBI; e,

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, não compreendidos no artigo 155, II, da Constituição Federal.

Taxas:

Decorrentes do exercício das atividades relativas ao Poder de Polícia do Município; e,

Decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

Contribuições:

Contribuição de Melhoria, decorrentes de obras públicas;

Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - CIP.

CAPÍTULO III DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS

Art. 4º Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa será considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação tributaria, senão em virtude deste Código ou leis posteriores.

Art. 5º A vigência, no espaço e no tempo, da legislação tributária municipal rege-se pelas disposições legais aplicáveis as normas jurídicas em geral, ressalvado o previsto neste capítulo.

Art. 6º Entram em vigor no primeiro dia do exercício financeiro seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, a normas tributárias que:

I - Instituem ou majorem impostos, taxas e contribuição de melhoria; II - Definam novas hipóteses de incidência;

III - Extingam ou reduzam isenções, salvo se a Lei dispuser de forma mais favorável; IV - Instituem ou majorem penalidades.

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

CAPÍTULO IV DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 7º Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

exigir ou aumentar tributo sem Lei que o estabeleça;

instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

cobrar tributos:

em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea "b".

utilizar tributo, com efeito, de confisco;

estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos; VI - instituir imposto sobre:

patrimônio, renda ou serviço da União, dos Estados ou de outros Municípios;

templos de qualquer culto;

patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei;

livros, e jornais periódicos e o papel destinado a sua impressão;

transmissão de bens e direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica para a realização de capital, nem sobre a transmissão de bens e direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 1º A vedação do inciso VI, alínea "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados as suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º As vedações do inciso VI, alínea "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

§ 3º As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreende somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, e, desde que observadas às disposições da Lei complementar Federal nº 101, de 04 de maio 2000.

Art. 8º As imunidades e isenções previstas no artigo anterior não abrangem as taxas e as contribuições, exceto quando expressamente previstas em lei.

CAPÍTULO V DA APLICAÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 9º Na aplicação e na interpretação da legislação tributária municipal será observado o disposto nos artigos 105 a 112, do Código Tributário Nacional, e demais normas afins e correlatas.

TÍTULO II DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte - se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.

Art. 11. No cumprimento das obrigações tributárias acessórias, os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

Apresentar declarações e guias, e a escriturar em livro próprio ou outros meios admissíveis os fatos geradores das obrigações tributárias, segundo as normas deste código e dos regulamentos fiscais;

Comunicar à Fazenda Municipal, 15 (quinze) dias contados da data da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar modificar ou extinguir obrigação tributária;

Conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, qualquer documento ou dados que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais; e,

Prestar, sempre que solicitadas pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do fisco, se refiram a fato gerador de obrigação tributária.

Parágrafo único. Mesmo no caso de isenção tributária, ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento das obrigações acessórias constantes neste artigo.

Art. 12. O Fisco poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer-lhe todas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária, para os quais tenham contribuído ou que devam conhecer, salvo quando, por força de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a estes fatos.

§ 1º As informações obtidas por força deste artigo, têm caráter sigiloso e só poderão ser utilizados em defesa dos interesses fiscais da União, do Estado e deste Município.

§ 2º Constitui falta grave, punível nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, a divulgação de informações obtidas no exame de livros e documentos fiscais exibidos, bem como de outras informações obtidas em razão do desempenho de suas atribuições funcionais.

CAPÍTULO II DO SUJEITO ATIVO E PASSIVO

Seção I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. O sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

Art. 14. O sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou a penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

- Contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constituía o respectivo fato gerador;
- Responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Art. 15. O sujeito passivo da obrigação tributária acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

Art. 16. O sujeito passivo, quando notificado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa e, quando insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§ 1º A notificação do sujeito passivo será feita por qualquer meio admitido em lei.

§ 2º Após a devida notificação, o sujeito passivo terá um prazo de 15 (quinze) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

Seção II DA SOLIDARIEDADE

Art. 17. O sujeito passivo solidário responde pela totalidade da obrigação tributária, isolada ou conjuntamente com os demais co-obrigados, a critério do fisco municipal.

§ 1º Salvo disposição de lei em contrário, a solidariedade produz os seguintes efeitos:

O pagamento efetuado por um dos co-obrigados aproveita aos demais;

A isenção ou remissão de crédito exonera todos os co-obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quando ao demais pelo saldo;

A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos co-obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

§ 2º São solidariamente obrigadas:

As pessoas que tenham interesse comum no evento fiscal que constitua o fato gerador da obrigação;

As pessoas expressamente designadas por lei.

Seção III DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 18. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;
quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o local de qualquer um de seus estabelecimentos;
- quando às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

Parágrafo único. Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fato que deram origem à obrigação.

Art. 19. O domicílio tributário atualizado do sujeito passivo deverá ser informado nas petições, guias e outros documentos que os contribuintes devam apresentar à Fazenda Pública Municipal.

Parágrafo único. Os inscritos como contribuintes habituais comunicarão toda a mudança de domicílio, no prazo de 30 (trinta) dias, contados na data da ocorrência.

CAPÍTULO III DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE TERCEIROS

Seção I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Em caráter supletivo ao cumprimento total ou parcial da obrigação, a responsabilidade pelo crédito tributário será atribuída a terceira pessoa vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, nos termos desta lei, hipótese que será excluída a obrigação do contribuinte ou será atribuída a este em caráter supletivo o cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Art. 21. São formas de responsabilidade tributária de terceiros:

A responsabilidade superveniente, quando a obrigação depois de ter sido originada por pessoa determinada, em virtude de um fato posterior transfere-se para uma terceira pessoa;

A responsabilidade por substituição, quando o dever de contribuir é imputado diretamente pela lei a uma pessoa não envolvida com fato gerador, mas que mantém com o "substituído" relações que lhe permitem ressarcir-se da substituição.

Seção II

DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 22. São pessoalmente responsáveis:

- O adquirente a qualquer título, pelas obrigações existentes relativas aos bens adquiridos ou remidos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, salvo quando conste do título a prova de sua quitação;
- O espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data de abertura da sucessão; III - O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelas tributos devidos pelo "de cujus" até a data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade, ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

Art. 23. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 24. A sucessão tributária entre as pessoas jurídicas de direito privado regular-se-á pelo disposto na Lei **11.101**, de 09 de fevereiro de 2005.

Seção III

DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 25. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis.

- Os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
- Os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados; III - Os administradores de bens de terceiros, tributos devidos por estes;
- O inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
- O síndico e o administrador judicial, pelos tributos devidos pela massa falida ou pela empresa em regime de recuperação judicial;
- Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles em razão do seu ofício;
- Os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art. 26. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração de Lei, contrato social ou estatutos:

- As pessoas referidas no artigo anterior;
- Os mandatários, prepostos e empregados;
- Os diretores, os gerentes ou os representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

TÍTULO III

DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta, dada a sua natureza em relação à Fazenda Municipal, apurada pelo lançamento e dotada de certeza, liquidez e exigibilidade.

Art. 28. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe de origem.

Art. 29. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos

quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Parágrafo único. O agente fazendário é responsável pelo lançamento, arrecadação e fiscalização dos créditos tributários, que dispensar ou renunciar total ou parcialmente sua exigência, fora das hipóteses estabelecidas nesta Lei ou na legislação tributária municipal, sujeitar-se-á às consequências funcionais previstas em lei.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

DO LANÇAMENTO

Art. 30. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributária, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e propor a aplicação da penalidade cabível, quando for o caso.

§ 1º O lançamento, regularmente processado, confere presunção de certeza, liquidez e exigibilidade ao direito de crédito preexistente, servindo de fundamento para a formação do título executivo extrajudicial, através da inscrição em Dívida Ativa, e assegurando à Fazenda Pública Municipal o direito de exigir judicialmente seu crédito.

§ 2º A forma do lançamento, como regra geral, é escrita, não sendo admitida a forma verbal, mas, excepcionalmente, havendo previsão legal, é admitido o lançamento tácito.

§ 3º O lançamento não se confunde com o auto de infração, porquanto este é um ato procedimental complexo e único, reunindo atos jurídicos diferentes:

I - O lançamento de tributos, propriamente dito, se for o caso; II - O ato de aplicação de sanções;

III - O ato de intimação do autuado.

§ 4º Considera-se regularmente constituído o crédito tributário, quando formalizado pelo lançamento, através de ato administrativo emanado da autoridade competente, em consonância com a legislação tributária vigente.

Art. 31. O exercício do lançamento é vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de

exclusão ou suspensão do crédito tributário, previstas nesta Lei e na legislação tributária municipal.

Art. 32. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então em vigor, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º No caso de infração tributária, aplica-se a legislação mais favorável ao infrator, ainda que posteriormente ao tempo de sua prática.

§ 2º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgando ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por período certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 33. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

A decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, em impugnação de iniciativa do sujeito passivo, por ofensa aos requisitos e pressupostos legais;

retificação de ofício, por erro de fato ou omissão, que resultar defeitos formais inexatidão ou incorreções do lançamento.

revisão de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no § 3º, do art 38, e no art. 41, desta Lei.

Art. 34. A omissão ou erro do lançamento não exige do contribuinte o cumprimento da obrigação tributária, nem de qualquer modo pode ser aproveitada.

Art. 35. A notificação do lançamento do tributo, assim como suas alterações, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, será comunicada:

por notificação escrita direta e pessoal;

por edital afixado no átrio da Prefeitura Municipal ou publicado na imprensa local, se incerto e não sabido o domicílio fiscal do sujeito passivo;

por aviso publicado em outros meios de comunicação de massa, a critério do órgão municipal de administração tributária.

§ 1º O sujeito passivo será notificado do lançamento do tributo preferencialmente em seu domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto, podendo ocorrer via postal por correspondência registrada, com aviso de recebimento, a critério da autoridade fazendária.

§ 2º Quando a Fazenda Municipal permitir que o contribuinte eleja o domicílio fora de seu território, a notificação far-se-á via postal por correspondência registrada, com aviso de recebimento.

§ 3º A notificação far-se-á por publicidade em órgão da imprensa local ou por edital afixado no átrio da Prefeitura Municipal, na impossibilidade da entrega direta do aviso respectivo ou no caso de recusa de seu recebimento.

§ 4º Será sempre de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo para o pagamento, ou para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado em Lei.

§ 5º A notificação de lançamento conterá, no mínimo: I - O endereço do imóvel tributado, se for o caso;

II - O nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário; III - A denominação do tributo e o exercício a que se refere; IV - O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;

- O prazo para recolhimento, bem como a penalidades e encargos financeiros em caso de inadimplência;
- O comprovante da regular notificação do sujeito passivo.

Seção II MODALIDADES DO LANÇAMENTO

Art. 36. São modalidades de lançamento:

I - lançamento com base em declaração do sujeito passivo ou de terceiros; II - lançamento de ofício;

III - lançamento por homologação.

Art. 37. O lançamento é efetuado com base nos dados constantes no Cadastro Fiscal do Município e nas declarações do sujeito passivo ou de terceiros, na forma e nas épocas estabelecidas na legislação tributária municipal.

§ 1º As declarações deverão conter todos os dados e informações necessárias ao conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, permitindo a apuração do montante do crédito tributário correspondente.

§ 2º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise reduzir ou excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funda, e antes de notificado o lançamento.

§ 3º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

§ 4º O lançamento baseado em declaração errônea, em detrimento da Fazenda Pública Municipal, quer involuntariamente, quer dolosamente, quando denunciados espontaneamente pelo contribuinte, mesmo após a notificação poderá ser alterado.

Art. 38. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 39. No arbitramento a autoridade lançadora poderá utilizar-se de quaisquer meios probatórios, desde que razoáveis e assentados em presunções tecnicamente aceitáveis, como: preços estimados segundo o valor de mercado, pautas de valores, volumes de produção ou vendas em períodos anteriores entre outros.

Parágrafo único. Os lançamentos efetuados de ofício ou decorrentes de arbitramento, só poderão ser revistos em face de superveniência de prova irrecusável que modifique a base de cálculo utilizada no lançamento anterior.

Art. 40. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pelo órgão fazendário nos seguintes casos:

- quando assim determinar a legislação tributária;
- quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;
- quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender no prazo e na forma da legislação tributária, o pedido de esclarecimento formulado pela Fazenda Municipal, recuse-se a prestá-lo, ou não o preste satisfatoriamente, a juízo autoridade fiscal ;
- quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

- quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
 - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
 - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;
- quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade lançadora, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal.

Art. 41. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologue.

§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando a extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição da penalidade, ou sua graduação.

§ 4º Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 42. O sujeito passivo no prazo da notificação poderá impugnar o lançamento do crédito tributário, interferindo na formação do título executivo, como forma de controlar a correção e a regularidade do ato administrativo.

CAPÍTULO III DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 43. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I - a moratória ou o parcelamento;

- o depósito integral do principal, na via administrativa ou judicial;
- as reclamações e os recursos, apresentados na forma da lei; IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança; V - o decreto de desapropriação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja suspenso ou dela conseqüente.

Art. 44. São conseqüências da suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- suspensão do direito de ajuizamento da execução fiscal ou do lançamento do tributo, se este ainda não tiver sido realizado;
- interrupção do prazo prescricional para ajuizamento da ação fiscal.

Art. 45. A Fazenda Pública Municipal poderá conceder excepcionalmente moratória em caráter geral e individual, mediante Lei Municipal específica e a requerimento do sujeito passivo, através de parcelamento do crédito tributário e nas seguintes condições:

- o número de parcelas será definido pela lei concedente da moratória, com vencimento mensal e consecutivo;

- sobre as parcelas incidirão correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração;
- a inadimplência de 03 (três) parcelas consecutivas implicará o cancelamento automático do parcelamento, independentemente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se a inscrição do saldo devedor em dívida ativa, para a imediata cobrança judicial.

Parágrafo único. Na apuração do débito para fins de parcelamento na forma deste artigo, em relação o principal, a correção monetária, os juros de mora, a multas e penalidades geradas pelo não pagamento do tributo no seu vencimento, observar-se-á a regra a ser estabelecida pela Lei Municipal específica do parcelamento.

Art. 45 ~~A. A Fazenda Pública Municipal poderá conceder parcelamento ordinário de dívida tributária, em caráter geral e individual, a requerimento do sujeito passivo, no máximo em 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas, com a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração.~~

~~§ 1º O parcelamento ordinário previsto no caput não exclui o pagamento dos acréscimos legais apurados e devidos até a data do deferimento do requerimento administrativo formulado pelo sujeito passivo.~~

~~§ 2º Existindo dívida objeto de execução fiscal a ser parcelada, deverá o sujeito passivo providenciar, para o deferimento do parcelamento, a necessária quitação das custas e emolumentos judiciais e dos honorários advocatícios arbitrados pelo Juízo. (Redação dada pela Lei nº 2227/2014)~~

Art. 45 ~~A. A Fazenda Pública Municipal poderá conceder parcelamento ordinário de dívida tributária, em caráter geral e individual, mediante requerimento do sujeito passivo, no máximo em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, com a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração.~~

Art. 45-A A Fazenda Pública Municipal poderá conceder parcelamento ordinário de dívida tributária, em caráter geral e individual, mediante requerimento do sujeito passivo, no máximo em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, com a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração. (Redação dada pela Lei nº 2493/2017)

§ 1º O parcelamento ordinário previsto no caput não exclui o pagamento dos acréscimos legais apurados e devidos até a data do deferimento do requerimento administrativo formulado pelo sujeito passivo. (Redação dada pela Lei nº 2274/2015)

§ 2º Existindo dívida objeto de execução fiscal a ser parcelada, deverá o sujeito passivo providenciar, para o deferimento do parcelamento, a necessária quitação das custas e emolumentos judiciais e dos honorários advocatícios arbitrados pelo Juízo. (Redação dada pela Lei nº 2274/2015)

§ 3º A opção pelo parcelamento implica a manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, que somente serão levantadas após a quitação integral do parcelamento. (Redação dada pela Lei nº 2274/2015)

Art. 46. A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

- o prazo de duração do favor;
- as condições da concessão do favor em caráter individual; III - sendo o caso:
- os tributos a que se aplica;
- as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiário no caso de concessão em caráter individual.

Art. 47. Os efeitos suspensivos cessam pela extinção ou pela exclusão do crédito tributário, pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo e pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

CAPÍTULO IV
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I
DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 48. São modalidades de extinção do crédito tributário:

- o pagamento;
- a compensação; III - a transação; IV - a remissão;
- a prescrição e a decadência
- a conversão de depósito em renda;
- o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 42, parágrafos 1º a 4º;
- a consignação em pagamento, nos termos do disposto no art. 57;
- a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- a decisão judicial transitada em julgado;

Parágrafo único. A extinção total ou parcial do crédito tributário não impede posterior verificação da irregularidade da sua constituição nos termos deste Código e da legislação tributária em geral.

Seção II
DO PAGAMENTO

Art. 49. O pagamento do crédito tributário, nos prazos regulamentares, mesmo quando realizado por terceiro, tem eficácia liberatória.

Art. 50. A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 51. O pagamento de um crédito tributário não importa em presunção de pagamento:

- quando parcial, das prestações em que se descomponha;
- quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Parágrafo único. Nos casos de pagamentos com cheque, considera-se extinto crédito tributário somente após a compensação do mesmo.

Art. 52. Todo pagamento de crédito tributário deverá ser efetuado na repartição competente da administração pública municipal ou na rede arrecadadora autorizada, sob pena de nulidade.

Art. 53. Somente será válido o pagamento realizado através do competente Documento de Arrecadação Municipal - DAM, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º Nos casos de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

§ 2º Pela cobrança a menor de tributo, se de má-fé, responde solidariamente, perante a Fazenda Pública Municipal, o servidor responsável.

Art. 54. Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre 30 (trinta) dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

Art. 55. Admitir-se-á a consignação judicial em pagamento da importância do crédito tributário nos casos:

- de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;
- de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;
- de exigência, por outro Município, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

§ 1º A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe pagar.

§ 2º Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se o crédito acrescido dos juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 56. Os créditos tributários não quitados na data de seu vencimento, antes da abertura de qualquer procedimento fiscal, e se outros não estiverem previstos, sujeitar-se-ão aos seguintes encargos financeiros:

- atualização monetária do principal tendo por base os índices de correção fixados por este Código ou legislação posterior;
- juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o principal atualizado, devidos a partir do dia seguinte ao do vencimento.
- multa, sobre o valor principal atualizado e acrescido de juros de mora, de 2% (dois por cento) a até o limite de 20% (vinte por cento), devidos a partir do dia seguinte ao do vencimento, considerando como mês qualquer fração;

Art. 57. A Fazenda Municipal poderá delegar poderes a estabelecimentos bancários, lotéricas e outros estabelecimentos similares com sede no Município para receberem tributos municipais.

Subseção I Do Pagamento Indevido

Art. 58. O contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos seguintes casos:

- cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 59. A restituição total ou parcial do tributo também dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição. .

Art. 60. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 59, da data do pagamento do crédito tributário; na hipótese do inciso III do art. 59, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 61. Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública Municipal.

Art. 62. A restituição será autorizada pelo titular do órgão fazendário, ou afim, em processo de curso regular, através de requerimento pela parte interessada, que apresentará a prova do pagamento indevido e as respectivas razões de seu pedido.

Parágrafo único. Quando se tratar de tributos e multas ilegalmente arrecadados por motivo de erro cometido pelo fisco ou pelo sujeito passivo, regularmente apurado, a restituição poderá ser feita de ofício, mediante determinação do responsável pelo órgão fazendário.

Art. 63. O valor pago indevidamente, por culpa do contribuinte, será restituído corrigido monetariamente, dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do deferimento do pedido.

Parágrafo único. Após este prazo, sobre o valor a ser restituído incidirá juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração sobre o valor corrigido.

Seção III DA COMPENSAÇÃO

Art. 64. A Fazenda Municipal poderá, a seu critério, compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo, nas condições e sob as garantias que estipular.

§ 1º Não estando vencido o crédito do sujeito passivo, a apuração do seu montante sofrerá redução correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês, pelo tempo que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento, salvo desconto espontâneo ofertado pelo sujeito passivo.

§ 2º A compensação será sempre deferida em processo regular.

Seção IV DA TRANSAÇÃO

Art. 65. É facultado à Fazenda Municipal celebrar transação, em litígio judicial, com o sujeito passivo da obrigação tributária, mediante concessões mútuas, visando por fim ao litígio com a conseqüente extinção do crédito tributário, desde que presente ao menos uma das seguintes condições:

- O litígio verse sobre a cobrança de valor não superior a 100 (cem) Unidades Fiscais Municipais - UFM;

O prosseguimento do processo se torne oneroso e antieconômico para a Fazenda Municipal;

- O montante da obrigação tributária tenha sido fixado por arbitramento ou estimativa.

Seção V DA REMISSÃO

Art. 66. A Fazenda Pública Municipal, mediante lei específica, poderá conceder remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- à situação econômica do sujeito passivo;
- ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato; III - à diminuta importância do crédito tributário;
- a consideração de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;
- a condições peculiares a determinada região do Município, como: desastres naturais, dificuldades econômicas e outras de igual natureza e magnitude, devidamente decretadas.

§ 1º A concessão de remissão prevista neste artigo não gera direito adquirido, podendo ser revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora.

§ 2º Em caso de caracterizar-se renúncia de receita, a concessão da remissão deverá atender às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 67. Os créditos tributários referentes a contribuintes que tenham falecido sem deixar bens passíveis de penhora, poderão ser extintos, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo ou de qualquer pessoa interessada, por despacho e/ou ato do Chefe do Poder Executivo, mediante parecer favorável do órgão jurídico da administração pública municipal.

Seção VI

DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

Art. 68. O direito da Fazenda Pública Municipal constituir o crédito tributário extingue - se após 5 (cinco) anos contados:

- do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- da data em que se tornar definitiva a decisão que tiver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado;

o direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 69. A ação para a cobrança de crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I - pela citação pessoal feita ao devedor; II - pelo protesto judicial;

por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 70. Os créditos tributários legalmente prescritos poderão ser extintos, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo ou de qualquer pessoa interessada, por despacho e/ou ato do Chefe do Poder Executivo, mediante parecer favorável do órgão jurídico da administração pública municipal.

Art. 71. Ocorrendo a prescrição do crédito tributário abrir-se-á inquérito administrativo para que seja apura a responsabilidade.

Parágrafo único. A autoridade municipal responsável, qualquer que seja seu cargo ou função, em caso de eventual prescrição de créditos tributários, responderá civil, criminal e administrativamente, obrigando-se a consequente indenização do respectivo montante.

DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 72. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção; II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito será excluído, ou dela consequente.

Seção II DA ISENÇÃO

Art. 73. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único. A isenção pode ser restrita a determinada região do território do município, em função de condições peculiares.

Art. 74. A isenção, como causa excludente de exigibilidade do crédito tributário, dispensa o sujeito passivo da obrigação tributária.

§ 1º A isenção será sempre declarada pela autoridade fazendária, mediante requerimento interposto pelo sujeito passivo, no qual fique provado o preenchimento das condições e o cumprimento dos requisitos exigidos por lei.

§ 2º Tratando-se de isenção por prazo certo, a declaração mencionada no parágrafo anterior deverá ser renovada antes de expirar o prazo, mediante provocação do interessado, cessando, a isenção, automaticamente a partir do primeiro seguinte ao encerramento do seu prazo.

§ 3º A isenção somente produzirá efeito a partir da declaração mencionada no

§ 1º, deste artigo.

Art. 75. A isenção pode ser estendida às taxas e às contribuições de melhoria.

Art. 76. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo.

Seção III DA ANISTIA

Art. 77. A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

- aos atos classificados em lei como crime ou contravenções, e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daqueles;
- às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

CAPÍTULO VI

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 78. O crédito tributário da Fazenda Pública Municipal prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou tempo da constituição deste, ressalvado o concurso de preferência entre as pessoas jurídicas de direito público e os créditos decorrentes da legislação de natureza alimentar.

TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DOS PROCEDIMENTOS FISCAIS TRIBUTÁRIOS

Seção I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 79. Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposições deste Código, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos municipais de administração tributária e suas repartições, segundo as atribuições constantes na lei de organização e estruturação administrativa, e do respectivo regimento e atribuições funcionais.

Art. 80. Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização de tributos, sem prejuízo de rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, poderão dar orientações técnicas aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sobre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.

§ 1º Aos contribuintes é facultado reclamar a orientação de que trata este artigo aos órgãos responsáveis, como outros esclarecimentos que entenderem necessários.

§ 2º As medidas repressivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que lesarem ou tentarem lesar o fisco.

Art. 81. Os órgãos de administração tributária colocarão à disposição dos contribuintes nas respectivas repartições, sempre que necessários, modelos de declarações, formulários, guias, boletos e outros documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamentos, cobrança e recolhimento de tributos.

Art. 82. São autoridades fiscais, para efeito desta Lei, as que têm jurisdição e competência definidas em leis e regulamentos.

Seção II DA FISCALIZAÇÃO

Art. 83. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas, naturais ou jurídicas, sujeitas ao cumprimento das obrigações tributárias, inclusive sobre aquelas que gozem de imunidade ou isenção tributária.

Art. 84. O Fisco Municipal, por seus agentes terá ampla faculdade de fiscalização, podendo, especialmente:

- exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e documentos comerciais e fiscais, e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária;
- fazer inspeção nos locais e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas à obrigação tributária, ou nos bens ou serviços que constituam matéria tributável; III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições fazendárias; V - apreender bens, livros e documentos com a finalidade de obter elementos que lhe permita verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos sujeitos passivos, e, determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, bem como constituam prova material da infração tributária;

VI - requisitar o auxílio de força pública, estadual ou federal, quando forem os agentes vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando seja necessária à efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Parágrafo único. Não cabe oposição com o fim de limitar ou excluir qualquer das prerrogativas dos agentes fiscais prevista neste artigo.

Art. 85. Os livros de escrituração fiscal, instituídos pela legislação tributária, e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 86. De todos os exames e as diligências fiscais lavrar-se-á termo circunstanciado do apurado, dele constando, além do que for julgado conveniente, as datas inicial e final do período fiscalizado, a relação dos livros e dos documentos examinados, e a assinatura do agente responsável pela fiscalização.

Parágrafo único. O termo será lavrado no estabelecimento ou local em que se efetivar a fiscalização, em formulário próprio, do qual se entregará cópia de inteiro teor à pessoa sujeita à fiscalização, vistada pelo agente fiscalizador.

Art. 87. A fiscalização não poderá exceder o prazo 30 (trinta) dias corridos para sua conclusão.

Parágrafo único. O prazo referido neste artigo poderá ser dilatado por mais 30 (trinta) dias, havendo justo motivo, devidamente comprovado pelo agente fiscal.

Art. 88. Mediante notificação escrita, são obrigados a prestar aos agentes fiscais todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- os tabeliães, os escrivães e demais serventuários de ofício;
- os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras; III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais; V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários; VII - os contadores;

VIII - quaisquer outras entidades ou pessoas que em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações necessárias ao fisco.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão do cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 89. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação a qualquer título, pelos agentes fiscais, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros, e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no artigo 91, os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

§ 2º A não observância ao disposto neste artigo constitui infração administrativa, punível na forma da legislação municipal competente.

Art. 90. O Fisco Municipal poderá trocar elementos e informações de natureza fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, na forma a ser estabelecida em convênio entre elas celebrado, ou, independente deste ato, sempre que solicitadas.

Seção III DA REPRESENTAÇÃO

Art. 91. Qualquer cidadão poderá representar contra toda ação ou omissão que configure infração a legislação tributária municipal, requerendo:

- I - sujeição do sujeito passivo a regime especial de fiscalização; II - cancelamento de regime especial concedido;
- suspensão de licença;
- cancelamento ou suspensão de isenção; V - interdição de estabelecimento.

Art. 92. A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço do seu autor. Será acompanhada de provas, ou indicará os elementos destas, e mencionará os meios ou circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida à infração.

Parágrafo único. Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.

Art. 93. Recebida a representação, o órgão fazendário determinará as diligências necessárias à apuração da veracidade dos fatos denunciados, e adotará as providências cabíveis.

Seção IV DA NOTIFICAÇÃO FISCAL

Art. 94. Constatada a omissão não dolosa do sujeito passivo em relação a suas obrigações tributárias ou qualquer infração a legislação, que possa resultar evasão de receitas tributárias, será expedida notificação, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize a situação.

§ 1º O sujeito passivo poderá, ainda, ser notificado para prestar declarações ou informações fiscais exigidas pelo órgão fazendário, nos termos desta Lei, e, quando insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§ 2º A notificação do sujeito passivo será feita por qualquer meio admitido em lei.

§ 3º Não sendo atendido os termos da notificação de que trata este artigo, o contribuinte ficará sujeito à aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 95. A notificação, com forma a ser definida em regulamento, será emitida em 04 (vias), e, além de outros elementos julgados necessários, conterá:

- I - o nome do notificado e seu número de inscrição; II - o local, dia e hora da expedição;
- III - a descrição do fato que a motivou e indicação do dispositivo legal infringido; IV - a identificação do tributo, e seu montante;

- o montante das multas cabíveis e dos dispositivos que as cominem;
- o prazo para cumprimento da obrigação tributária e repartição em que deve ser procedido o recolhimento, ou para apresentar defesa, na forma desta Lei;
- a assinatura do responsável pelo órgão expedidor ou de outro servidor autorizado, a indicação do seu cargo ou função e número da matrícula.

§ 1º O sujeito passivo notificado deverá exarar ciência de recebimento na própria notificação.

§ 2º A recusa do recebimento da notificação poderá ser suprida pela declaração do agente fiscal ou por testemunhas, se presentes.

Art. 96. A notificação será feita:

- pessoalmente sempre que possível, mediante entrega de cópia ao notificado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;
- via postal, acompanhada de cópia, com aviso de recebimento (AR), datado e assinado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio tributário;
- por edital, com prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação em jornal local, se desconhecido e não sabido o domicílio tributário do sujeito passivo.

Art. 97. As quatro vias da notificação terão o seguinte destino: I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento; III - a terceira, para início do Processo Administrativo Fiscal;

IV - a quarta, para arquivamento no órgão da Fazenda Municipal.

Art. 98. Concordando com os termos da notificação fiscal, o sujeito passivo poderá efetuar o pagamento do tributo ou cumprir a exigência, conforme teor da notificação fiscal, dentro do prazo estabelecido, sem que lhe seja imposta as multas cabíveis.

Art. 99. Vencido o prazo fixado na notificação sem que o contribuinte tenha cumprido a exigência fiscal, ou contra ela tenha interposto reclamação, ou sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, o sujeito passivo ficará sujeito às penalidades previstas na legislação tributária, e, o montante do crédito tributário será inscrito em dívida ativa.

Art. 100. Não caberá notificação fiscal, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

- Quando for encontrado no exercício da atividade tributável, sem prévia inscrição;

Quando houver provas ou indícios de tentativa de eximir-se ao pagamento do tributo;

- Quando restar manifesta a intenção de sonegar tributários;
- Quando o sujeito passivo reincidir em nova falta, antes de decorrido 01 (um) ano, contado da notificação fiscal anterior.

Seção III

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 101. Verificada a infração a qualquer dispositivo da legislação tributária municipal, que implique diretamente em evasão de tributos devidos à Fazenda Municipal, que não seja caso notificação de fiscal, será lavrado auto de infração.

Parágrafo único. O auto de infração, nada mais é, do que o relatório da ocorrência que o agente fiscal presume constituir

infração e a materializa em um ato descritivo para levar a conhecimento da autoridade julgadora e assim instaurar o processo fiscal contencioso.

Art. 102. O auto de infração, com forma a ser definida em regulamento, será lavrado em quatro vias, no mínimo, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, e deverá conter:

- o local, dia e hora da lavratura;
- o nome do infrator e seu número de inscrição; III - o nome das testemunhas, se houver;
- IV - a descrição do fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes; V - a indicação do dispositivo violado;
- a indicação do dispositivo das penalidades cominadas;
- o prazo para cumprimento da obrigação tributária e repartição em que deve ser procedido o recolhimento, ou para apresentar defesa, na forma desta Lei;
- as assinaturas do autuante e do autuado, bem como das testemunhas, quando houver.

§ 1º As eventuais omissões ou incorreções do auto não acarretam sua nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para determinação da infração e do infrator.

§ 2º A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da infração argüida.

§ 3º Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância.

Art. 103. Da lavratura do auto o infrator será intimado:

- pessoalmente sempre que possível, mediante entrega de cópia ao notificado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;
- via postal, acompanhada de cópia, com aviso de recebimento (AR), datado e assinado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio tributário;
- por edital, com prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação em jornal local, se desconhecido e não sabido o domicílio tributário do sujeito passivo.

Art. 104. Não ocorrendo apresentação de defesa contra a autuação, será expedida notificação para pagamento do crédito tributário acrescido das penalidades cabíveis, na forma definida em regulamento, a qual conterà, no que couber, os elementos do art. 102, bem como o prazo para apresentação de defesa ou pagamento do crédito tributário apresentado.

Art. 105. Conformando-se, o sujeito passivo, com o conteúdo da autuação, e desde que efetue o pagamento do montante exigido, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, o valor correspondente à multa será reduzido em 50% (cinquenta por cento), com o conseqüente arquivamento do procedimento fiscal.

Seção IV DO AUTO DE APREENSÃO

Art. 106. Da apreensão lavrar-se-á o competente auto, com forma a ser definida em regulamento, contendo, no que couber, os elementos do auto de infração.

Parágrafo único. Conterà ainda, o auto de apreensão, a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados e assinatura do depositário, o qual será designado pelo agente fiscal, podendo a designação recair

no próprio detentor.

Art. 107. Os documentos originais apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser devolvidos, ficando no processo, cópia de inteiro teor, caso o original não seja indispensável.

Art. 108. As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento do interessado, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade fazendária, levando-se em consideração o valor dos bens apreendidos, ficando retidos, até decisão final, as coisas necessárias à produção de prova.

Art. 109. Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, bem como origem lícita, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados à hasta pública ou leilão, ficando o valor obtido depositado em conta remunerada vinculada ao respectivo procedimento fiscal.

§ 1º Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública ou leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º Eventual saldo remanescente, após a dedução do crédito tributário acrescido das penalidades cabíveis, será devolvido ao autuado, no prazo de 05 (cinco) dias, o qual será notificado para receber.

§ 3º No caso de origem ilícita, o produto da venda dos bens apreendidos será destinado à entidades civis sem fins lucrativos, com atuação na área social.

CAPÍTULO II DA DÍVIDA ATIVA

Art. 110. Constituem dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita no órgão fazendário municipal, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

§ 1º A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

§ 2º Compete ao órgão fazendário municipal o controle e execução da dívida ativa tributária.

~~**Art. 111.** O órgão fazendário municipal, após a inscrição do crédito tributário em dívida ativa, tentará a cobrança administrativa, através da notificação do sujeito passivo fixando-lhe prazo de 30 (trinta) dias para pagamento, não sendo satisfeito o crédito tributário será expedida a competente certidão de dívida ativa (CDA), encaminhando-a para o órgão competente para a cobrança judicial.~~

~~Parágrafo único. Encaminhada a certidão de Dívida Ativa para cobrança judicial cessará a responsabilidade do órgão fazendário, cumprindo-lhe apenas prestar as eventuais informações solicitadas.~~

Art. 111. A Fazenda Pública Municipal, após a inscrição do crédito tributário em dívida ativa, procederá à realização da cobrança administrativa da dívida, através da notificação do sujeito passivo fixando-lhe prazo de 30 (trinta) dias para pagamento, sendo que, em não havendo a satisfação do crédito tributário, será expedida a competente Certidão de Dívida Ativa (CDA).

§ 1º Após expedida a CDA, a Fazenda Pública Municipal encaminhará a CDA ao órgão competente para a realização da cobrança judicial, com o ajuizamento da respectiva execução fiscal, nos termos da Lei Federal nº 6.830/1980.

§ 2º Encaminhada a CDA para cobrança judicial cessará a responsabilidade da Fazenda Pública Municipal, cumprindo-lhe apenas prestar as eventuais informações solicitadas.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no § 1º deste artigo, a Fazenda Pública Municipal poderá encaminhar a referida certidão para protesto extrajudicial junto ao tabelionato competente e/ou inscrever o contribuinte devedor em cadastros de órgãos de proteção

ao crédito, com o fornecimento das informações necessárias.

§ 4º O protesto referido no § 3º deste artigo somente será realizado junto aos Tabelionatos de Protesto de Títulos nos quais não seja necessário o pagamento antecipado, ou em qualquer outro momento, de despesas pela entidade protestante. (Redação dada pela Lei nº **2227**/2014)

Art. 112. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- o nome do devedor, e, sendo o caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um ou dos outros;
- a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;
- a origem e a natureza de crédito, mencionando especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
- a data em que foi inscrita;
- sendo o caso, o número do processo administrativo de que se originou o crédito.

§ 1º A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a inscrição do livro e da folha de inscrição.

§ 2º O livro de inscrição de dívida ativa poderá ser gerado em processo informatizado e arquivado em meio magnético.

Art. 113. A omissão de qualquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 114. A dívida regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único. A presunção que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Art. 115. A Fazenda Pública Municipal inscreverá em dívida ativa os sujeitos passivos inadimplentes, até o último dia útil do exercício em que deveria ter ocorrido o pagamento crédito tributário.

Parágrafo único. Os créditos tributários inscritos em dívida ativa sofrerão atualização monetária, juros de mora a contar do prazo fixado para seu pagamento, bem como a incidência de multa, na forma prevista nesta Lei.

Art. 116. O recolhimento de créditos constantes das certidões já encaminhadas à cobrança executiva será feito, exclusivamente, através de guia de recolhimento judicial emitida pela autoridade judicial competente, com encaminhamento de cópia ao órgão fazendário municipal.

CAPÍTULO III DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 117. A prova de quitação do tributo municipal, quando exigida, será feita por certidão negativa, expedida mediante requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade, e indique o período que se refere o pedido.

§ 1º Não poderão ser considerados, na expedição da certidão negativa, os débitos tributários legalmente prescritos.

§ 2º A certidão negativa de débitos será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do protocolo do requerimento.

Art. 118. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão que constar a existência de créditos não vencidos, em curso de ação executiva com efetivação da penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 119. A certidão negativa de débitos será válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua expedição, para o fim a que se destinar e terá efeito liberatório quanto aos tributos que mencionar, salvo no que se refere a créditos tributários que venham a ser posteriormente apurados, ressalva esta que deverá constar da própria certidão, ou quando emitida na forma a que se refere o artigo seguinte.

Art. 120. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo crédito tributário e penalidades aplicáveis, sem exclusão da responsabilidade funcional e criminal que couber.

CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 121. As infrações a esta Lei, sem prejuízo das cominadas para os crimes contra a ordem tributária, sofrerão as seguintes penalidades:

I - proibição de transacionar com qualquer órgão da administração pública municipal; II - sujeição a regime especial de fiscalização;

III - cancelamento de regime especial estabelecido em favor do contribuinte; IV - suspensão ou cancelamento de isenção de tributos municipais;

- suspensão temporária ou cassação da licença concedida no exercício regular do poder de polícia;

- aplicação das multas previstas na legislação tributária municipal;

- interdição temporária do estabelecimento.

Art. 122. São competentes para aplicar as penalidades previstas no artigo anterior:

- qualquer servidor responsável pelas compras municipais, quanto a referida no inciso I do artigo anterior;

- os Agentes Fiscais Municipais, quanto as referidas VI e VII do artigo anterior;

- a autoridade do órgão fazendário municipal, quanto as referidas nos incisos II, III, e VI do artigo anterior;

- o Prefeito Municipal, quanto as referidas nos incisos IV e V do artigo anterior.

Parágrafo único. Nas penalidades de competência do Prefeito Municipal, o órgão fazendário municipal, no próprio encaminhamento para despacho, apresentará sugestão quanto à aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 123. Na aplicação e graduação das penalidades observar-se-á:

- os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação tributária municipal;

- os motivos determinantes da infração;

- a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências; IV - as circunstâncias atenuantes e agravantes.

Art. 124. São circunstâncias agravantes, quando não constituam ou qualifiquem a infração:

I - o cometimento da infração mediante sonegação ou fraude fiscal; II - a reincidência nas infrações à legislação tributária

municipal; III - o cometimento da infração em concurso de pessoas;

ter o infrator apropriado indevidamente de valores que deviam ser recolhidos à Fazenda Pública Municipal;

- ser a infração matéria objeto de decisão proferida em consulta formulada pelo infrator;
- a inobservância as instruções baixadas pela Fazenda Pública Municipal;
- a clandestinidade do ato, operação ou estabelecimento, a inexistência de escrita fiscal e comercial, e a falta de emissão de documentos fiscais, quando exigidos;
- tentar, de qualquer forma, impedir ou dificultar a ação da fiscalização.

§ 1º Reincidência é a prática de nova infração à legislação tributária, cometida pelo mesmo infrator, dentro de 01 (um) ano da data do trânsito em julgado da decisão administrativa que aplicou a penalidade anterior.

§ 2º Sonegação ou fraude fiscal é toda a ação ou omissão dolosa, praticada pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, visando omitir ou prestar declaração falsa; falsificar, alterar ou deixar de emitir documento fiscal, com a intenção

de eximir-se ou exonerar-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos municipais e qualquer acessório devido por lei.

Art. 125. São circunstâncias atenuantes:

- baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator;
- a comprovação do regular lançamento das operações comerciais tributáveis na forma da lei, com base em documentos legalmente admitidos;

a comprovada inexistência de má-fé;

- ter o infrator, antes de procedimento fiscal, procurado de maneira inequívoca e eficiente, anular ou reduzir os efeitos da infração;
- a primariedade do infrator;

ter o infrator praticado infrações de pequeno potencial lesivo. VII colaboração com a ação de fiscalização.

Art. 126. Nenhuma penalidade será aplicada, sem que se ofereça, ao contribuinte, a oportunidade do contraditório e da ampla defesa.

Art. 127. Apurando-se, no mesmo processo, a prática de duas ou mais infrações pela mesma pessoa natural ou jurídica, serão aplicadas cumulativamente as penas a elas cominadas, se as infrações não forem idênticas.

Art. 128. No caso de concurso de pessoas na prática de infrações tributárias, os co - autores ou cúmplices responderão na medida de sua culpabilidade, não se comunicando entre si as circunstâncias e as condições de caráter pessoal.

Art. 129. A aplicação de penalidade de qualquer natureza, quer administrativa, civil ou criminal, e o seu cumprimento, não dispensam o pagamento do tributo devido com seus acréscimos na forma da legislação tributária.

Art. 130. Não constituirá infração a esta Lei, se o contribuinte ou servidor tiver agido ou praticado qualquer ato de acordo com interpretação à legislação tributária proferida por instância administrativa fazendária, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.

Art. 131. Ficam excluídas as respectivas penalidades, quando o contribuinte ou responsável denunciar espontaneamente a infração à legislação tributária, efetuando o pagamento do crédito tributário atualizado monetariamente e acrescido dos juros legais, ou, se for o caso, depositar a importância arbitrada pela autoridade fazendária.

§ 1º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo fiscal

relacionado com a infração.

§ 2º A apresentação de documentos obrigatórios à administração não importa em denúncia espontânea, para o disposto neste artigo.

Seção II

DAS PROIBIÇÕES DE TRANSACIONAR COM ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 132. O sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública Municipal não poderá participar de licitação pública, celebrar contrato ou realizar qualquer transação com o Município, obter autorização para construção, reforma e "habite-se", aprovação em projeto de parcelamento de solo urbano, bem como gozar de quaisquer benefícios fiscais.

Parágrafo único. A proibição de transacionar compreende o recebimento de qualquer valores ou créditos do Município, bem como praticar quaisquer outros atos que importem em transação administrativa.

Seção III

DO REGIME ESPECIAL DE FISCAL IZAÇÃO

Art. 133. O sujeito passivo que for considerado reincidente na prática de infrações à legislação tributária municipal ou que tiver suspensão ou cancelada a isenção ou licença de funcionamento, ou, ainda, quando se recusar a fornecer ao fisco os esclarecimentos solicitados, poderá ser submetido ao regime especial de fiscal ização.

§ 1º O regime especial consistirá no acompanhamento de suas atividades por agentes fiscais, por um período mínimo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º O prazo máximo do regime especial de fiscal ização poderá ser fixado a critério do fisco municipal, de acordo com as circunstâncias exigidas pelo caso.

Art. 134. Por ocasião de regime especial de fiscal ização, considerar-se-á como devido à Fazenda Pública Municipal, a diferença apurada entre o confronto dos créditos tributários efetivamente recolhidos no período do regime especial e os valores recolhidos no período dos últimos doze meses imediatamente anteriores.

Art. 135. A autoridade fazendária municipal estabelecerá as obrigações acessórias a serem observadas durante a vigência do regime especial.

Seção IV

DO CANCELAMENTO DE REGIME

ESPECIAL ESTABELECIDO EM FAVOR DO CONTRIBUINTE

Art. 136. Os regimes especiais estabelecidos em favor do contribuinte, de acordo com a legislação tributária, serão canceladas sempre que, por eles, for cometida infração revestida de circunstâncias agravantes, ou recusada a prestação de esclarecimentos solicitados pelo Fisco, ou ainda, embaraçada, iludida, dificultada ou impedida a ação dos agentes do Fisco.

Parágrafo único. O ato que cancelar o benefício fixará prazo para o início do cumprimento normal das obrigações cuja prestação tinha sido dispensada.

Seção V

DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA OU CASSAÇÃO DA LICENÇA CONCEDIDA NO EXERCÍCIO REGULAR DO PODER DE POLÍCIA.

Art. 137. As licenças concedidas pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia, poderão ser suspensas temporariamente ou cassadas, quando:

- pela falta de pagamento do tributo eventualmente devido;
- pela recusa em prestar os esclarecimentos solicitados pelo Fisco Municipal, por embaraço, ilusão, imposição de dificuldades ou impedimento à ação dos agentes do fisco;
- pelo cometimento de infração à legislação tributária, revestida de qualquer circunstâncias agravantes.

Art. 138. Considerar-se-ão como clandestinos, os atos praticados e as operações realizadas, enquanto vigentes os efeitos da suspensão, ou cuja licença tenha sido cassada, assim como outras que dependem de licenciamento.

Art. 139. No caso de falta de pagamento do tributo devido, a imposição da penalidade de suspensão será automática.

Seção VI

DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DE ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

Art. 140. Será suspensão, pelo prazo de 01 (um) ano, a isenção de tributos municipais concedida, ao contribuinte que infringir qualquer das disposições contidas na legislação tributária.

Art. 141. Será definitivamente cancelado o favor:

- Quando a infração se revestir de circunstâncias agravantes;
- Quando verificada a inobservância das condições e requisitos para a concessão ou o desaparecimento dos mesmos.

Seção VII

DA INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA DO ESTABELECIMENTO.

Art. 142. Sempre que se verificar o funcionamento irregular de estabelecimento sujeito à fiscalização, o agente fiscal, a seu critério, poderá interdiá-lo temporariamente até que se regularize a infração verificada.

Art. 143. A interdição, sempre temporária, será comunicada ao infrator, apontando-lhe o motivo, concedendo-se prazo para regularização ou apresentação de defesa.

Art. 144. A aplicação da penalidade prevista nesta seção não exclui as demais eventualmente cabíveis.

Seção VIII DAS MULTAS

Subseção I

Das Disposições Gerais

Art. 145. As multas podem ser: I - moratórias;

II - infracionais; III - acessórias

Subseção II
Da Multa Moratória

Art. 146. A multa moratória é a penalidade imposta ao sujeito passivo pelo atraso no pagamento do crédito tributário.

§ 1º As multas de mora serão computadas sobre créditos tributários já lançados ou notificados pelo Fisco Municipal, a partir do termo final do prazo concedido para o seu pagamento.

§ 2º A incidência da multa moratória é automática, independentemente de abertura de procedimento próprio para sua aplicação.

Art. 147. As multas de mora serão aplicadas na base de 2% (dois por cento) sobre o crédito atualizado do valor da operação.

§ 1º Para efeitos deste artigo considerar-se-á como mês qualquer fração do mês.

§ 2º As multas de que se trata este artigo serão calculadas a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do crédito até o dia em que ocorrer o seu pagamento.

Subseção III
Das Multas Infracionais

Art. 148. As multas infracionais serão aplicadas quando restar caracterizada a tentativa de evasão fiscal ou qualquer ação ilegal do contribuinte visando a sonegação fiscal.

§ 1º As multas infracionais serão de:

- 100% (cem por cento), nas infrações cometidas com as circunstâncias agravantes dos incisos I, II e III, do art. 124.
- 50% (cinquenta por cento), nas demais infrações à legislação tributária visando a sonegação ou evasão tributária.

§ 2º As multas infracionais incidirão sobre o valor do crédito tributário devido atualizado monetariamente.

Art. 149. As multas infracionais poderão ser cumuladas com a multa moratória.

Art. 150. Para aplicação das multas previstas nesta subseção será obrigatória a lavratura do competente auto de infração, bem como a observância do devido processo legal.

Subseção IV
Das Multas Acessórias

Art. 151. As multas acessórias serão aplicadas por infração a dispositivos da legislação tributária no que tange ao não cumprimento das obrigações tributárias acessórias.

Art. 152. As multas acessórias obedecerão à seguinte graduação:

- 5 (cinco) UFM's - Unidades Fiscais Municipais, nos casos do sujeito passivo:

iniciar atividades ou praticar atos sujeitos a taxas de licença, antes de concessão desta;

promover inscrição no Cadastro Fiscal fora do prazo;

deixar de comunicar, no prazo previsto, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção da obrigação tributária;

manter em atraso a escrituração dos livros fiscais;

não promover a sua inscrição no Cadastro Fiscal ;

deixar de remeter às repartições municipais, em sendo obrigado a fazê-lo, documento exigido pela legislação tributária;

deixar de apresentar, no prazo fixado, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou de bases de cálculo de tributos municipais.

- 3 (três) UFM's - Unidades Fiscais Municipais, nos casos do sujeito passivo:

apresentar inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitas a tributação, com omissões, ou dados inverídicos, com evidente intuito de evitar imposição tributária;

negar-se a prestar informações, ou, por qualquer outro modo, tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos Agentes do Fisco;

deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida na legislação tributária.

CAPÍTULO V DO CADASTRO FISCAL

Seção I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 153. O Cadastro Fiscal Municipal compreende:

- O Cadastro Imobiliário;

- O Cadastro dos Produtores Rurais e dos Estabelecimentos Industriais e Comerciais; III - O Cadastro de Prestadores de Serviços de qualquer natureza.

Parágrafo único. O órgão fazendário municipal poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastramento de contribuintes, a fim de atender a organização fazendária dos tributos municipais, notadamente os relativos às taxas de licença pelo poder de polícia e prestação de serviços, e a contribuição de melhoria.

Seção II DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Subseção I Da Finalidade

Art. 154. O Cadastro Imobiliário tem por finalidade o registro das propriedades prediais e territoriais urbanas e rurais existentes, ou que vierem a existir, bem como do sujeito

passivo ou responsável, e demais elementos que permitam a exata apuração do montante da respectiva obrigação tributária.

Parágrafo único. Não elide a obrigatoriedade do cadastramento, a isenção ou a qualquer outra imunidade tributária.

Subseção II Da Inscrição

Art. 155. A inscrição das propriedades prediais e territoriais urbanas e rurais no Cadastro Imobiliário será promovida:

- pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuir a qualquer título;
- por qualquer dos condôminos;
- pelo promissário comprador;
- de ofício, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo e na forma legal.

§ 1º É fixado em 30 (trinta) dias o prazo para promoção da inscrição, contados da data da conclusão das construções, reconstruções ou reformas, e, nos casos de aquisição, a qualquer título, da assinatura formal do contrato ou título de propriedade.

§ 2º Na concessão do alvará de "habite-se" a autoridade fazendária realizará de ofício a atualização cadastral de que trata este artigo.

Art. 156. Para efetivar a inscrição o sujeito passivo ou responsável deverá informar, entre outros definidos em regulamento, os seguintes dados:

- nome do proprietário, possuidor ou promissário comprador da propriedade a unidade condominial;
- localização da propriedade;
- serviços públicos e melhoramentos existentes nos logradouros em que se situa a propriedade ou condomínio;
- descrição e área da propriedade territorial ou unidade condominial; V - área características e tempo de existência da propriedade predial;

VI - valor venal da propriedade territorial, predial ou condominial, quando existente; VII - utilização dada à propriedade;

VIII - existência, ou não, de passeio e muro em toda extensão da testada; IX - valor da aquisição.

§ 1º A propriedade que se limitar com mais de logradouro será considerado como situada naquele em que a propriedade territorial apresentar maior testada.

§ 2º Às informações será anexada a planta da propriedade territorial, em escala que possibilite a perfeita identificação da situação do imóvel. Em se tratando de área loteada, deverá a planta ser completa, em escala que permita a a notação dos desdobramentos e designar o valor da aquisição, os logradouros, quadras e lotes, a área total, as áreas cedidas ao Patrimônio Público Municipal, as áreas compromissadas e as áreas alienadas.

Art. 157. Consideram-se sonegadas à inscrição, as propriedades cujas informações apresentem elementos destinados à identificação do sujeito passivo da obrigação tributária e à apuração de seu montante de maneira incorreta, incompleta ou inexata.

Art. 158. Serão obrigatoriamente comunicadas ao órgão fazendário municipal as ocorrências que possam, de qualquer maneira, alterar os registros constantes do Cadastro Imobiliário.

Parágrafo único. É de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência dos fatos, o prazo para a comunicação referida neste artigo.

Art. 159. Em caso de litígio sobre o domínio da propriedade, a inscrição mencionará tal circunstância, bem como o nome dos litigantes, dos possuidores da propriedade, a natureza do feito e o Juízo onde correr a ação.

Art. 160. Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer, até o mês de novembro de cada ano, ao órgão fazendário municipal, relação dos lotes alienados definitivamente ou mediante compromisso, mencionando o nome do comprador e o endereço, os números da quadra e do lote, as dimensões deste e o valor do contrato de venda.

Art. 161. Do Cadastro Imobiliário constará o valor venal atribuído à propriedade nos termos da legislação tributária.

Seção VI
DAS ALTERAÇÕES DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Art. 162. As alterações no cadastro imobiliário dar-se-ão através do preenchimento de formulário próprio, no ato da transação imobiliária.

Art. 163. O formulário de que trata o artigo anterior deverá conter, entre outras definidas em regulamento, as seguintes informações:

- I - Número de arquivamentos a ser preenchido pela Prefeitura; II - Nome, endereço e CNP/CPF do requerente ou permutante;
- Endereço de localização do imóvel, citando o distrito, a rua, a localidade, a unidade condominial e a respectiva inscrição no Cadastro Imobiliário da Prefeitura;
 - Descrição sucinta do imóvel com as respectivas áreas;
 - Valor do imóvel declarado pelo cartório; data a assinatura do servidor cartório responsável pela informação;
 - Valor do imóvel ou unidade particular, calculado pela repartição arrecadadora, bem como o valor do imposto a pagar; e
 - Destinação das vias do formulário;

Parágrafo único. Na hipótese de permuta, as informações para alteração do cadastro imobiliário serão fornecidas para cada imóvel envolvido na transação.

Seção III
DO CADASTRO DOS PRODUTORES RURAIS, INDUSTRIAIS E COMERCIANTES

Art. 164. O cadastro dos produtores rurais, industriais e comerciais tem por fim o registro nominal dos sujeitos da obrigação tributária, ou dos que por ela forem responsáveis referentes a tributos mencionados nesta Lei.

Art. 165. Aplicar-se-á, no que couber a esta seção, as disposições do Cadastro Imobiliário.

Seção IV
DO CADASTRO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Subseção I Das Finanças

Art. 166. A inscrição no cadastro dos prestadores de serviços de Qualquer Natureza tem por fim o registro nominal dos sujeitos passivos da obrigação tributária, ou dos que por ela forem responsáveis, referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Subseção II Da Inscrição

Art. 167. A inscrição no cadastro dos Prestadores de Serviços de qualquer Natureza será promovida pela pessoa mencionada no Artigo anterior, em petição designada ao titular do órgão fazendário municipal, da qual constará:

- Nome e denominação da firma ou sociedade;

- Nome e endereço dos diretores, gerentes ou presidentes; III - Ramo de serviço;

IV - Local do estabelecimento ou centro de atividades; V - Prova de constituição da pessoa jurídica;

VI - Prova de identidade.

§ 1º Como complemento dos dados para inscrição, os sujeitos passivos são obrigados a fornecer, por escrito ou verbalmente, a critério do Fisco, quaisquer informações que lhes forem solicitadas.

§ 2º Em se tratando de sociedade, a prova de identidade será exigida a um só dos membros da direção, gerência ou presidência.

§ 3º Aos profissionais liberais e os trabalhadores autônomos se aplica no que couber, o disposto do caput do presente artigo.

Art. 168. A inscrição, por estabelecimento ou local de atividade, procederá o início da atividade.

§ 1º A inscrição será intransferível e obrigatoriamente renovada, sempre que ocorrer qualquer modificação nos elementos enunciados nos incisos I e IV do artigo anterior.

§ 2º O cancelamento por inscrição, por transferência, venda, fechamento ou baixa do estabelecimento, será requerido ao órgão fazendário municipal, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ocorrência.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 169. Iniciar-se-á o Processo Administrativo Tributário:

- com qualquer requerimento do sujeito passivo ou procedimento de ofício pela autoridade fazendária, nos termos da presente Lei;
- com a reclamação ou impugnação, pelo sujeito passivo, do lançamento ou ato administrativo dele decorrente;
- com a lavratura do termo de início de fiscalização ou notificação escrita para apresentar livros comerciais ou fiscais e outros documentos de interesse ao Fisco Municipal;
- com a lavratura do termo de apreensão de livros comerciais ou fiscais ou de outros documentos fiscais, bem como de eventuais apreensões de mercadorias;
- com a lavratura do auto de infração à legislação tributária municipal;
- com qualquer ato escrito da autoridade fazendária ou do agente fiscal, que caracterize o início de procedimento para a apuração de infração fiscal.

Seção II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL CONTENCIOSO

Art. 170. Considera-se processo administrativo fiscal contencioso todo aquele que tiver por objeto decidir sobre a aplicação da legislação tributária municipal.

§ 1º Eventuais falhas do processo não constituirão motivos de nulidades sempre que existam elementos que permitam supri-

las, sem cerceamento do direito de defesa do interessado.

§ 2º A apresentação de processo à autoridade incompetente não induzirá caducidade ou perempção, devendo a petição ser encaminhada, de ofício, à autoridade competente.

Art. 171. Os processos contenciosos serão organizados na forma de autos forenses, e sob essa forma serão instruídos e julgados.

Art. 172. Nenhum processo ficará em poder de funcionário por mais de 08 (oito) dias, sob pena de responsabilidade. Quando a natureza do assunto exigir maior prazo para exame e elucidação, o retardamento deverá ser convenientemente justificado.

Art. 173. Os processos com a nota "urgente" tramitarão com preferência sobre todos os demais, de forma que sua instrução e julgamento ocorram com a maior brevidade possível.

Parágrafo único. A nota de "urgência" será aposta na capa do processo, à direita, no alto, e só será considerada, se rubricada pelo responsável pelo órgão fazendário municipal ou pelo Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 174. Formam o processo administrativo fiscal contencioso: I - as contestações;

II - as reclamações; III - as defesas;

IV - as consultas; V - os recursos;

VI - as autuações infracionais;

Subseção I Das Contestações

Art. 175. É facultado ao denunciado contestar representação contra si direcionada.

Art. 176. A contestação será apresentada à autoridade a quem competir a aplicação da penalidade, dentro do prazo que por essa mesma autoridade for fixado.

Subseção II Das Reclamações

Art. 177. É lícito ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento ou de notificação contra ele expedida, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da ciência da notificação ou do lançamento.

§ 1º A reclamação será dirigida, em petição escrita, à autoridade julgadora de primeira instância, facultada a juntada de provas.

§ 2º Serão consideradas preempas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 178. É cabível a reclamação por parte de qualquer pessoa, contra a omissão ou exclusão de lançamento.

Art. 179. As reclamações terão efeito suspensivo quanto à cobrança dos tributos e multas lançadas ou notificadas.

Subseção III Das Defesas Contra o Auto de Infração.

Art. 180. É lícito ao autuado apresentar defesa ao auto de infração contra ele lavrado.

§ 1º A defesa será dirigida, em petição, à autoridade julgadora de primeira instância.

§ 2º Não se conhecerá de defesa apresentada fora do prazo legalmente concedido para tanto.

Art. 181. Na defesa, o autuado alegará toda a matéria que entender útil, indicará e requererá todas as provas que pretende produzir, juntando de logo as provas documentais, e, sendo o caso, arrolando as testemunhas.

Subseção IV Das Consultas

Art. 182. É facultado formular consulta à autoridade julgadora de primeira instância, sobre assuntos relacionados com a aplicação e interpretação da legislação tributária.

§ 1º A consulta não terá efeito suspensivo quanto à exigência de tributos.

§ 2º Não se admitirá consulta que versar assunto objeto de ação fiscal já iniciada contra a consulente.

§ 3º A consulta deverá ser formulada com objetividade e clareza e somente poderá focalizar dúvidas de circunstâncias à situação do consulente.

Seção III DOS RECURSOS

Subseção I

Do Recurso Voluntário

Art. 183. Das decisões de primeira instância, quando contrárias ao sujeito passivo da obrigação, caberá recurso voluntário ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 184. O prazo para apresentação de recurso voluntário será de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da comunicação da decisão de primeira instância.

Art. 185. O recurso voluntário será entregue à repartição em que se constituiu o processo fiscal original, e por ela encaminhado à destinação.

Art. 186. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versando sobre assunto da mesma natureza, ou referindo-se ao mesmo contribuinte.

Art. 187. Os recursos voluntários interpostos depois de esgotado o prazo previsto no art. 196 serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, que deles poderá tomar conhecimento, excepcionalmente, determinando o levantamento de preempção, nos casos em que esta tenha ocorrido por motivo alheio à vontade dos interessados.

Subseção II

Do Recurso de Ofício

Art. 188. Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda

Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será obrigatoriamente interposto recurso de ofício ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder a 20 (vinte) Unidades Fiscais Municipais - UFMs.

Parágrafo único. Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando cabível a medida, cumpre ao funcionário que subscreveu a inicial do processo, ou que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

Art. 189. Será facultado o recurso de ofício independentemente do valor fixado no artigo anterior, quando a autoridade julgadora de primeira instância, justificadamente, considerar decorrer do mérito do feito, maior interesse para a Fazenda Municipal.

Seção IV DO JULGAMENTO DE PROCESSOS CONTENCIOSOS

Subseção I Das Disposições Gerais

Art. 190. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira, singular, e a segunda, colegiada.

§ 1º Em primeira instância, decide o responsável pelo órgão fazendário municipal, e em segunda, o Conselho Municipal de Contribuintes.

§ 2º Ao contribuinte, acusado ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 191. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais e a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou conseqüentes.

Art. 192. As decisões administrativas serão incompetentes para: I - declarar a inconstitucionalidade da legislação tributária;

II - dispensar, por equidade, o cumprimento da obrigação tributária principal.

Subseção II Do Julgamento em Primeira Instância

Art. 193. O responsável pelo órgão fazendário municipal proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada, e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior, sempre que determinada a baixa do processo em diligência.

Art. 194. Ao interessado se comunicará a decisão proferida em primeira instância: I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recepção, ou, III - por edital, publicado na forma desta Lei.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 195. O responsável pelo órgão fazendário fica impedido de julgar:

I - quando tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio; II - quando for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - quando estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até o terceiro grau.

Parágrafo único. Impedido o responsável pelo órgão fazendário para julgar, competirá ao responsável pelo órgão de administração municipal substituí-lo no feito.

Art. 196. Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se julgada procedente a ação fiscal ou improcedente a reclamação ou defesa, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

Art. 197. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após passadas em julgado.

Subseção II

Do Julgamento em Segunda Instância

Art. 198. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes, observados os prazos e demais normas previstas nesta Lei, e legislação complementar.

Art. 199. O Conselho Municipal de Contribuintes será composto de 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) representantes dos contribuintes, e 2 (dois) da Administração Pública Municipal, além do Presidente, equidistante dos interesses de ambos, todos nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 2 (dois) anos, que poderá ser renovado, observados, sempre, os parágrafos deste artigo. Da mesma forma serão nomeados um suplente para cada conselheiro e um para o Presidente, convocados para servirem nas faltas ou impedimentos dos titulares.

§ 1º Os representantes dos contribuintes, tanto os efetivos quanto os suplentes, serão escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo, dentre nomes integrantes de entidades representativas do comércio, da indústria ou da prestação de serviços, ou, se conveniente, dentre os maiores contribuintes de tributos municipais.

§ 2º Os representantes da Prefeitura Municipal, tanto os efetivos quanto os suplentes, serão escolhidos dentre servidores municipais versados em assuntos fazendários.

Art. 200. A posse dos membros do Conselho Municipal de Contribuintes realizar-se-á perante o Prefeito Municipal, mediante termo lavrado em livro próprio.

Art. 201. Perde o mandato o Conselheiro que deixar de comparecer a 3 (três) sessões consecutivas, sem motivo justificado. Em se tratando de Conselheiro representante da Prefeitura, o fato constituirá falta de exação no cumprimento do dever e será registrado em sua ficha funcional.

Parágrafo único. Igual disposição se aplica ao Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 202. A função de Conselheiro ou de Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes não será remunerada, constituindo

serviço público relevante.

Art. 203. O Conselho Municipal de Contribuintes requisitará, da Secretaria de Finanças, servidores para o bom desempenho de suas tarefas, inclusive para secretariar seus trabalhos.

Art. 204. Nos trabalhos do Conselho Municipal de Contribuintes, a Fazenda se fará representar pelo Procurador Geral, ou por quem suas vezes fizer.

Parágrafo único. A ausência do representante da Fazenda não impede que o Conselho delibere.

Art. 205. O funcionamento e a ordem dos trabalhos do Conselho Municipal de

Contribuintes reger-se-ão pelo disposto nesta Consolidação e no Regimento Interno a ser baixado pelo Conselho, após aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Subseção III Das Decisões em Segunda Instância

Art. 206. O Conselho Municipal de Contribuintes só poderá deliberar quando presente a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 207. Deverão declarar-se impedidos de participar de julgamento, os Conselheiros que:

- hajam participado, a qualquer título, no processo ou em diligência que nele seja debatido ou lhe tenha dado origem;
- sejam sócios, cotistas, acionistas ou interessados de recorrente, como da direção ou do conselho fiscal ;
- sejam parentes de recorrente, até o terceiro grau.

Art. 208. Os processos de recursos serão distribuídos aos Conselheiros mediante sorteio, garantida a igualdade numérica.

§ 1º O relator restituirá, no prazo de 10 (dez) dias, os processos que lhe forem distribuídos, com o relatório ou parecer.

§ 2º Quando, a requerimento do relator, for realizada qualquer diligência, terá este novo prazo de 5 (cinco) dias, para completar o estudo, contados da data em que receber o processo, com a diligência cumprida.

§ 3º Fica automaticamente destituído da função de membro do Conselho, o relator que reter processos além dos prazos previstos nos parágrafos anteriores, salvo motivo de doença ou deferimento de dilatação de prazo, por tempo não superior a 30 (trinta) dias, em se tratando de processo de difícil estudo, quando o relator alegue, comprovadamente, em requerimento dirigido tempestivamente ao Presidente do Conselho, a necessidade de dilatação.

.

§ 4º O presidente do Conselho comunicará a destituição ao Chefe do Poder Executivo, a fim de ser providenciada a nomeação de novo Conselheiro, ou suplente.

Art. 209. O Conselho poderá converter em diligência qualquer julgamento; neste caso, o relator lançará a decisão no processo, com o visto do Presidente, prosseguindo-se

imediatamente.

Art. 210. Enquanto o processo estiver em diligência, ou em estudo com o relator, poderá o recorrente requerer ao Presidente a

juntada de documentos, a bem de seus interesses, desde que isso não protele o andamento do processo.

Art. 211. Será facultada a sustentação oral do recurso.

Art. 212. A decisão, sob forma de acórdão, será redigida pelo relator, até 8 (oito) dias após o julgamento. Se o relator for vencido, o Presidente designará, para redigi-la, dentro do mesmo prazo, um dos Conselheiros cujo voto tenha sido vencedor.

§ 1º Os votos vencidos, quando fundamentados, serão lançados em seguida à decisão.

§ 2º As decisões serão enfileiradas em volumes, para distribuição aos interessados.

Art. 213. O Presidente mandará organizar e publicar, em Edital até a véspera do dia da reunião, a pauta dos processos, de acordo com os seguintes critérios preferenciais:

- data da entrada no protocolo do Conselho;
- data do julgamento em primeira instância, e, finalmente;
- maior valor, se coincidirem os dois elementos anteriores de precedência.

Parágrafo único. Terão preferência absoluta, para inclusão na pauta de julgamento, os processos que tiverem oposição da nota "urgente".

Art. 214. Após proferida a decisão definitiva, o Conselho encaminhará comunicação da mesma à Secretaria de Finanças, para as providências de execução.

Parágrafo único. Ficarão arquivadas no Conselho, a petição do recurso e todas as peças que lhe disserem respeito.

Art. 215. É facultado ao Conselho Municipal de Contribuintes:

- sugerir ao Prefeito Municipal, justificadamente, a dispensa de penalidades, pela aplicação do princípio de equidade;
- comunicar irregularidade ou falta funcional verificada no processo, na instância inferior;
- propor medidas que julgar necessárias à melhor organização dos processos;
- sugerir providências de interesse público, em assuntos submetidos à sua deliberação.

Art. 216. O Conselho mandará cancelar, nos processos submetidos a julgamento, as expressões descorteses ou injuriosas, proferidas por qualquer das partes.

Art. 217. A decisão do Conselho Municipal de Contribuintes será comunicada ao recorrente, na forma desta Lei.

Seção V DA EFICÁCIA E EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 218. São definitivas as decisões:

- de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto;
- de segunda instância, quando esta não contiver obscuridades ou erros formais.

Art. 219. A decisão definitiva contrária ao sujeito passivo será cumprida no prazo de 30 (trinta) dias. Esgotado o prazo para cumprimento da decisão, o crédito tributário decorrente será inscrito em dívida ativa e encaminhado à autoridade competente para promover a cobrança judicial.

Art. 220. No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre à autoridade competente exonerá-lo, de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.

PARTE

TÍTULO V DOS IMPOSTOS ESPECIAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 221. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Art. 222. Os impostos componentes do Sistema Tributário Municipal são, exclusivamente os que constam deste livro, com as normas e limitações constantes da legislação tributária.

CAPÍTULO II IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

Seção I DO FATO GERADOR

Art. 223. O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel, por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizada na zona urbana do Município.

§ 1º Considera-se, para todos os efeitos legais, ocorrido o fato gerador, do imposto de que trata este artigo, no dia primeiro de janeiro de cada ano.

§ 2º O imóvel é urbano quando situado na zona urbana, independentemente de sua destinação.

Art. 224. Para efeitos deste imposto, considera-se como zona urbana aquela definida e delimitada em lei municipal, onde existam pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo poder público.

I - meio fio, calçamento ou pavimentação asfáltica com canalização de águas pluviais; II - abastecimento de água;

- sistema de esgoto sanitário;

- rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V - escola, ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado para o lançamento do tributo.

Parágrafo único. Consideram-se, também, urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, de acordo com os loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria, ou ao comércio, mesmo que localizados fora dos limites da zona urbana.

Art. 225. São bens imóveis, para efeitos deste imposto, o solo e tudo quanto lhe se incorporar natural ou artificialmente, e, entende-se por:

- propriedade territorial, o solo por sua natureza sem benfeitorias;

- propriedade predial, as benfeitorias ou edificações úteis incorporadas ao solo, de modo que não se possam retirá-las sem destruição, modificação, fratura ou dano.

Art. 226. O bem imóvel será considerado sem benfeitoria ou não edificado, quando:

- a edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição ou modificação;
- a edificação estiver em andamento ou paralisada;
- a edificação estiver em ruínas, em demolição, condenada ou interdita;
- a edificação for considerada inadequada pela autoridade competente para a destinação ou utilização pretendida.

Art. 227. Considera-se edificado o bem imóvel no qual existam edificações utilizáveis para a habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for sua denominação, forma ou destino.

Seção II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 228. O sujeito passivo ou contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do imóvel a qualquer título.

Parágrafo único. São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido os titulares de direito de usufruto, de uso, de habitação ou qualquer outro direito real sobre a propriedade alheia.

Seção III DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 229. A base de cálculo do imposto é o valor venal do bem imóvel, excluído o valor dos bens móveis nele mantidos, em caráter permanente ou temporário, para efeito de utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

§ 1º Entende-se por valor venal aquele que o bem alcançaria, à vista, no mercado imobiliário se fosse posto à venda em condições normais, sem incluir qualquer encargo financeiro.

§ 2º O valor venal do imóvel será apurado no ato de sua inscrição no Cadastro Imobiliário, e cabe ao contribuinte declará-lo, todavia seu valor não poderá ser inferior aos valores de referência estimados na Planta Genérica de Valores, calculada na forma desta Lei

§ 3º Fica assegurado ao contribuinte, no prazo para impugnar o lançamento, o direito à avaliação contraditória, nos termos desta Lei, no caso de discordar dos valores constantes da Planta Genérica de Valores.

Art. 230. O valor venal do imóvel é o constante do Cadastro Imobiliário e no seu cálculo será considerado o valor do terreno e, sendo o caso, cumulativamente, o da edificação, onde:

- O valor do terreno é igual à $VT = At \times Vt/m^2$, sendo:

VT = valor do terreno;

At = área terreno, e

Vt/m^2 = valor do metro quadrado do terreno, conforme fixado na Planta Genérica de Valores Imobiliários.

$VE = Ae \times V/m^2$ - O valor da edificação é igual à, sendo:

VE = Valor da edificação;

Ae = Área de edificação;

Ve/m^2 = valor do metro quadrado da edificação, conforme fixado na Planta Genérica de Valores de Imobiliários.

Art. 231. Na fixação da Planta Genérica de Valores Imobiliários observar-se-á os preços médios do mercado imobiliário, tendo por base fatores de correção, baseado nos seguintes elementos:

I - Quanto à propriedade territorial:

a localização, de acordo com o zoneamento do perímetro urbano;
os equipamentos e serviços públicos postos à disposição;
a largura do logradouro;
a testada, a profundidade, a posição na quadra;
a topografia e a pedologia;
o nível sócio-econômico do bairro. II - Quanto à propriedade predial:

a localização, de acordo com o zoneamento do perímetro urbano;
a destinação ou utilização;
a categoria ou classe;
o tipo de edificação;
o estado de conservação;
os valores conforme modalidade de construção na tabela abaixo descrita;

Tipo de construção.	Valor do metro quadrado em Reais
Casa	400,00

Construção precária	100,00
Apartamento	400,00
Loja	300,00
Galpão	100,00
Telheiro	800,00
Fabrica	300,00
Especial	500,00

Art. 232. Os valores genéricos por metro quadrado dos terrenos e das benfeitorias são os constantes da Planta Genérica de Valores Imobiliários, a qual será conforme anexo I.

§ 1º Para efeitos de atualização monetária, os valores relativos ao metro quadrado dos terrenos e das benfeitorias serão indexados a UFM - Unidade Fiscal Municipal.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá, quando entender necessário, optar pela nomeação de Comissão Especial para revisão anual dos valores da Planta Genérica de Valores Imobiliários.

Art. 233. Para fins de elaboração da Planta Genérica de Valores Imobiliários, o perímetro urbano poderá ser dividido em zonas e setores.

Art. 234. As alíquotas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana são as constantes da Tabela do Anexo I e Anexo I

Seção IV
DA REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Art. 235. O valor venal relativo às benfeitorias, calculado na forma do art. 232, II, sofrerá a redução determinada pelo tempo de uso, com base nos seguintes índices corretivos:

I - de 10 a 15 anos de construção, redução da base de cálculo em 5% (cinco por cento); II - de 15 a 30 anos de construção, redução da base de cálculo em 10% (dez por cento);

III - de 30 anos ou mais de construção, redução da base de cálculo em 20% (vinte por cento);

Art. 235-A O sujeito passivo ou contribuinte portador de enfermidade ou doença grave diagnosticada como AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), Cegueira, Neoplasia maligna ou Paralisia irreversível ou incapacitante terá direito a redução de 30% (trinta por cento) no valor da base de cálculo anual do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

§ 1º Para fazer jus à redução na base de cálculo prevista no caput deste artigo, o sujeito passivo ou contribuinte portador de enfermidade ou doença grave diagnosticada como AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), Cegueira, Neoplasia maligna ou Paralisia irreversível ou incapacitante deverá protocolar, até o último dia útil do mês de novembro do ano anterior ao do lançamento do imposto, requerimento dirigido ao Prefeito Municipal acompanhado do laudo médico pericial respectivo, para a devida comprovação da moléstia.

§ 2º Deverá constar no laudo médico pericial em questão a identificação completa do paciente e do médico responsável pelo laudo, a data na qual a doença foi contraída, a exposição das observações, estudos, exames efetuados e registros das conclusões e o prazo de validade do laudo, em caso de moléstia passível de controle.

§ 3º O laudo médico pericial deverá ser emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. (Redação acrescida pela Lei nº **2333**/2015)

Seção V
DO LANÇAMENTO

Art. 236. O imposto será lançado de ofício, anualmente até o dia 30 de janeiro, de acordo com a alíquota aplicável sobre seu valor venal, considerando-se as reduções e as respectivas alíquotas previstas nesta Lei e suas posteriores alterações.

§ 1º O lançamento será distinto um para cada imóvel ou unidade imobiliária, ainda que contíguos e de propriedade do mesmo contribuinte.

§ 2º O prazo para o lançamento poderá ser prorrogado por ato do Chefe do Poder Executivo, havendo motivo justificável.

Art. 237. O lançamento far-se-á em nome de quem estiver inscrita a propriedade no Cadastro Imobiliário.

§ 1º Na hipótese de compromisso de compra e venda, até a inscrição do compromitente comprador, o imposto será lançado em nome do compromitente vendedor.

§ 2º No caso de condomínio indiviso, o lançamento será feito em nome de qualquer um, de alguns ou de todos os condôminos, mas somente será aceito o pagamento integral do crédito tributário.

§ 3º Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um em nome de seus

proprietários condôminos, considerada também a respectiva quota ideal do terreno.

Art. 238. O valor do lançamento corresponderá ao imposto anual.

Parágrafo único. O valor mínimo do imposto será de 0,5 (zero vírgula cinco) Unidades Fiscais Municipais - UFM's.

Art. 239. Todo imóvel, habitado ou em condições de o ser habitado, poderá ser lançado, independentemente da concessão do habite-se, e de sua regularidade jurídica.

Art. 240. A notificação do lançamento do imposto será feita, no mínimo com 15 (quinze) dias antes de seu vencimento em quota única, na forma prevista no artigo 37, desta Lei, preferencialmente, de forma direta e na pessoa do contribuinte ou preposto assim legalmente constituído, podendo se dar por via postal, com aviso de recebimento, a critério da autoridade fazendária.

Seção VI DO PAGAMENTO

Art. 241. O imposto será pago em parcela única ou em até 06 (seis) parcelas, mensais e consecutivas, na forma e prazos definidos em regulamento anualmente.

Parágrafo único. Para o pagamento em cota única até a data do primeiro vencimento, o contribuinte gozará de desconto de 10 % (dez por cento).

Seção VII DAS ISENÇÕES E IMUNIDADES.

Art. 242. São isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana: (Vide Lei nº **1785**/2008)

I - o imóvel cedido gratuitamente para funcionamento de quaisquer serviços públicos municipais, relativamente às partes cedidas e enquanto ocupadas pelos citados serviços; II - a propriedade imóvel única, enquanto ocupada como moradia pelo sujeito passivo, cuja área edificada não ultrapasse a 100 m² (cem metros quadrados) e área territorial não ultrapasse 1.000 m² (mil metros quadrados), na data do lançamento, desde que a renda familiar "per capita" não ultrapasse a 1 1/2 (ume meio) Salário Mínimo vigente. III - o imóvel de propriedade ou alugado por Conselho Comunitário ou Associação de Moradores, Sociedades beneficentes, Associações, Sindicatos, Clubes Esportivos e Recreativos, entidades religiosas e educacionais privadas reconhecido de utilidade pública pelo Município de Palmas (PR), desde que ocupado pela entidade;

- o imóvel único de propriedade de maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, de aposentados e pensionistas por qualquer regime previdenciário, que comprovem possuir rendimentos iguais ou inferiores a um salário mínimo e meio vigente, que possuam um único imóvel e enquanto utilizado como moradia própria, cuja área edificada não ultrapasse a 100 m² (cem metros quadrados) e área territorial não ultrapasse 1.000 m² (mil metros quadrados);

- o imóvel que possua valor histórico, artístico e/ou cultural, tombado por ato da autoridade competente, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º As isenções previstas nos incisos I, II, III, IV e V deverão ser requeridas até o mês de novembro de cada ano, para entrar em vigor no exercício seguinte.

§ 2º A qualquer tempo a isenção prevista neste artigo poderá ser cancelada, uma vez verificada não mais existirem os pressupostos que autorizam sua concessão.

Art. 243. Fica suspenso o pagamento do imposto:

- relativo ao imóvel declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, por ato do Município, enquanto este não se imitir na respectiva posse;
- relativo a imóvel atingido total ou parcialmente por projeto de obra do sistema viário, de tal forma que inviabilize sua utilização.

§ 1º Deixando de existir as razões que determinaram a suspensão, relativas às situações previstas nos incisos I e II deste artigo, o crédito tributário será revigorado permitido ao titular do imóvel o recolhimento do principal, até 30(trinta) dias contados da data em que foi expedida a notificação de lançamento, com direito de desconto de 20 % (vinte por cento) sobre o montante devido.

§ 2º Imitido o Município na posse do imóvel, serão definitivamente cancelados os créditos tributários cuja exigibilidade tenha sido suspensa, de acordo com o inciso I deste artigo.

CAPÍTULO III

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS", A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES RELATIVOS - ITBI.

Seção I

DO FATO GERADOR

Art. 244. O Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos", a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI, tem como fato gerador: I - a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil. II - a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

- a cessão de direitos, a qualquer título, por ato oneroso, sobre bens imóveis;
- a aquisição, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, através de compromisso ou promessa de compra e venda sem cláusula de arrependimento;

Art. 245. A incidência do imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais, observando a planta genérica de valores fixadas para fins de tributação do IPTU:

I - a compra e venda, pura ou condicional; II - a dação em pagamento;

- a permuta de bens imóveis e de direito a eles relativos;
- o mandato em causa própria ou com poderes equivalente, e seus substabelecimentos, para a transmissão de imóveis;
- a arrematação, a adjudicação e a remissão;
- a cessão do direito, por ato oneroso, do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o ato de arrematação ou adjudicação.
- a cessão de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda;
- a cessão de benfeitorias e construção em terrenos compromissados à venda ou alheio, exceto a indenização de benfeitorias pelo proprietário do solo;
- a instituição de usufruto convencional sobre imóveis;
- todos os demais atos e contratos translativos da propriedade, por ato "inter vivos", a título oneroso, de imóveis por natureza ou acessão física, e constitutivos de direitos reais sobre imóveis.

Art. 246. O imposto é devido quando os imóveis transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos transmitidos ou cedidos, se situarem no território do Município, mesmo que a mutação patrimonial decorra de contrato celebrado fora de seus limites territoriais.

Art. 247. Consideram-se bens imóveis, para efeitos do imposto previsto neste capítulo, o solo, por sua natureza, e tudo quanto lhe se incorporar natural ou artificialmente.

Seção II DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 248. O Imposto sobre transmissão de bens imóveis e os direitos a eles relativos, por ato oneroso, não incide nos seguintes casos:

- pela União, Estados e Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, quando criadas e mantidas pelo poder público;
- pelos partidos políticos e pelos templos de qualquer culto, quando utilizados na consecução dos seus objetivos institucionais;
- pelas entidades sindicais dos trabalhadores, e pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos da lei.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso III deste artigo, às instituições de educação e de assistência social que:

- distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;
- não mantiverem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de comprovar sua exatidão;
- não aplicarem, integralmente, os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Art. 249. O imposto não incide, ainda, sobre:

- a transmissão de bens ou direitos, quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica na realização de capital social subscrito;
- a transmissão de bens ou direitos, quando decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;
- a transmissão de bens e direitos, dos mesmos alienantes, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio de pessoa jurídica;
- a extinção do usufruto, quando o nu-proprietário for o instituidor;
- no subestabelecimento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes, para efeito de receber o mandatário a escritura definitiva do imóvel.
- na aquisição por usucapião;
- na instituição de direitos reais de garantia.

§ 1º O disposto nos incisos I, II e III deste artigo não se aplicam quando a pessoa jurídica tiver como atividade preponderante a venda ou locação de imóveis ou cessão de direitos a eles relativos

§ 2º Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais que 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente nos (vinte e quatro) meses anteriores à data da aquisição.

§ 3º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 24 (vinte e quatro) meses antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando-se em consideração os 36 (trinta e seis) primeiros meses seguintes a data de aquisição.

§ 4º Verifica-se a preponderância referida no § 1º, o imposto será devido, nos termos da lei vigente à data da aquisição calculado sobre o valor do bem ou direito, naquela data, corrigida a expressão monetária da base de cálculo para o dia do vencimento do prazo, para o pagamento do crédito tributário respectivo.

Seção III DA ISENÇÃO

Art. 250. São isentas de imposto sobre as transmissões imobiliárias e os direitos a elas relativos, as aquisições, a qualquer título, de bens imóveis através de programas habitacionais de promoção social ou desenvolvimento comunitário, destinados a pessoas de baixa renda, instituídos e desenvolvidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de entidades ou órgãos criados para este fim.

Art. 251. Ficam, ainda, isentas do pagamento de imposto sobre as transmissões de bens imóveis, as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Seção IV DO SUJEITO PASSIVO

Art. 252. O contribuinte do imposto é:

I - O adquirente ou cessionário de bens ou direitos transmitidos ou cedidos; II - Na permuta cada um dos permutantes.

Parágrafo único. Nas transmissões ou nas cessões que se efetuarem com recolhimento insuficiente, ou sem recolhimento do imposto devido, respondem solidariamente pelo pagamento do imposto:

I - O transmitente; II - O cedente;

III - Os tabeliões, escrivães e demais serventuários da justiça em razão do seu ofício.

Art. 253. Além dos contribuintes definidos no artigo anterior, é responsável pelos créditos tributários provenientes do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão, o espólio, através do inventariante.

Seção V DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 254. A apuração do valor venal dos imóveis atenderá a planta genérica de valores disposta no anexo I, constante desta Lei, referenciado pelo valor atribuído para fins de IPTU.

Art. 255. Não concordando com o valor arbitrado, poderá o contribuinte requerer a avaliação administrativa contraditória, instruindo o pedido com documentação que fundamente sua discordância, no prazo previsto em lei para impugnação do lançamento.

Art. 256. O recolhimento importa em concordância tácita do cálculo do imposto devido, precluindo o prazo para qualquer reclamação relativa ao imposto pago.

Art. 257. O imposto previsto neste capítulo será calculado com base nas seguintes alíquotas:

- Dois por cento (2%) sobre o valor financiado e dois por cento (2%) sobre o saldo do imóvel pago com recursos próprios, nas transmissões financiadas através do Sistema Financeiro de Habitação.
- Dois por cento (2%) nas demais transmissões.

Seção VII DO LANÇAMENTO

Art. 258. O lançamento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI ocorre:

- Nas transmissões ou nas cessões, através do preenchimento, pelo contribuinte, o escrivão de notas ou o tabelião, antes da lavratura da escritura pública ou do instrumento, conforme o caso, do Formulário Informativo da Transmissão Imobiliária, contendo descrição detalhada do imóvel, suas características, localização, área do terreno, informações a respeito das benfeitorias e outros elementos que possibilitem o cálculo do imposto, o qual deverá ser encaminhado a Fazenda Pública Municipal para sua homologação ou adequação aos valores referenciais estabelecidos na Planta Genérica de Valores.
- Nos demais casos que independam da lavratura de escritura pública ou outro instrumento similar, através da solicitação do cálculo do imposto, nos termos do inciso anterior, pelo Oficial de Registro, antes da transcrição imobiliária.

Seção VIII DO RECOLHIMENTO

Art. 259. O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI será recolhido:

- Antecipadamente, até a data de lavratura do instrumento que servir de base à transmissão;
- No prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do trânsito em julgado da decisão, se a transmissão for decorrente de sentença judicial.

Art. 260. O pagamento será efetuado através de documento próprio, como dispuser o regulamento.

Seção IX DAS PENALIDADES

Art. 261. O contribuinte ou responsável pelo pagamento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI que não pagar o imposto devido no prazo estabelecido fica sujeito à multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do imposto, além do recolhimento do imposto devido com os demais acréscimos legais.

Art. 262. Em caso de ausência ou inexistência da declaração relativa às informações do imóvel que possam influir no cálculo do imposto, com evidente intenção de fraude ou sonegação fiscal, sujeitará o sujeito passivo a multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto devido.

Art. 263. Sem prejuízo das penalidades criminais e administrativas cabíveis, será aplicada a penalidade prevista no artigo anterior, ao serventuário ou funcionário público que não observar qualquer dos dispositivos legais e regulamentares relativos ao imposto sobre transmissão de bens imóveis, bem como concorrer de qualquer modo para seu não pagamento ou evasão fiscal, devendo ser notificado para o pagamento da multa.

Seção X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 264. Os serventuários da justiça devem facilitar aos encarregados da fiscalização, o exame dos livros, autos e papéis que interessarem à arrecadação do imposto municipal.

Art. 265. Nas transações em que figurem como adquirentes, ou cessionários, pessoas imunes ou isentas, sua comprovação se dará através de documento expedido pela autoridade fiscal.

Art. 266. Além das demais hipóteses de restituição previstas nesta Lei, o imposto recolhido será devolvido, na forma do art. 66, quando, por qualquer motivo, a transação imobiliária não se consolidar, mediante requerimento do sujeito passivo instruído com documentos que comprovem o alegado.

CAPÍTULO IV DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS

Seção I DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 267. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constante da Lista do Anexo V, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla, analógica e extensiva na sua horizontalidade.

§ 2º A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não, expressamente, referidas, não criando direito novo, mas, apenas, completando o alcance do direito existente.

§ 3º A Incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros da receita, mas, tão-somente, de sua identificação, simples, ampla, analógica ou extensiva, com os serviços previstos na lista de serviços.

§ 4º Para fins de enquadramento na lista de serviços:

- o que vale é a natureza, a "essência", do serviço, sendo irrelevante o nome dado pelo contribuinte;
- o que importa é a essência do serviço, ainda que o nome do serviço não esteja previsto, literalmente, na lista de serviço.

§ 5º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 6º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 7º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 8º Ocorrendo a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço de qualquer natureza não compreendidos no art. 155, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, definidos na lista de serviços, nasce a obrigação fiscal para com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, independentemente:

- da validade, da invalidade, da nulidade, da anulabilidade, da anulação do ato, efetivamente, praticado;
- da legalidade, da ilegalidade, da moralidade, da imoralidade, da licitude e da ilicitude da natureza do objeto do ato jurídico ou do malogro de seus efeitos.
- do resultado financeiro dos serviços e de sua destinação.

Art. 268. O imposto não incide sobre:

- as exportações de serviços para o exterior do País;
- a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou do conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
- o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto do inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Seção II

DO LOCAL DA PRESTAÇÃO E DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO

Art. 269. ~~O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos deste artigo, quando o imposto será devido no local:~~

Art. 269. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei nº **2541**/2017)

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 5º do art. 268 desta Lei; II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista constante do Anexo II;

- da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.16 da lista constante do Anexo II;
- da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista constante do Anexo II;
- das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista constante do Anexo II;
- da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista constante do Anexo II;
- da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista constante do Anexo II;
- da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista constante do Anexo II;
- do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista constante do Anexo II;
- do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista constante do Anexo II;
- da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista constante do Anexo II;
- da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista constante do Anexo II;
- onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista constante do Anexo II;
- dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista constante do Anexo II;
- do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista constante do Anexo II;
- da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista constante do Anexo II;

- do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista constante do Anexo II;

do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista constante do Anexo II;

- da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista constante do Anexo II;

- do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista constante do Anexo II.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista constante do Anexo II, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista constante do Anexo II, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, exceto os serviços descritos no subitem 20.01, da lista constante do Anexo II.

§ 4º Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no Parágrafo 1º, ambos do art. 316-A desta Lei, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado. (Redação dada pela Lei nº **2541**/2017)

Seção III

DO ESTABELECIMENTO PRESTADOR

Art. 270. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 1º Unidade econômica ou profissional é uma unidade física, organizacional ou administrativa, não necessariamente de natureza jurídica, onde o prestador de serviço exerce atividade econômica ou profissional.

§ 2º A existência da unidade econômica ou profissional é indicada pela conjunção, parcial ou total, dos seguintes elementos:

- Manutenção de pessoal, de material, de mercadoria, de máquinas, de instrumentos e de equipamentos;
- Estrutura organizacional ou administrativa;
- Inscrição em órgãos públicos, inclusive previdenciários;
- Indicação como domicílio tributário para efeito de outros tributos;
- Permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica ou social da atividade exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, de água ou de gás.

§ 3º A circunstância do serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não descaracteriza como estabelecimento prestador, para efeitos deste artigo.

§ 4º São, também, considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.

Seção IV DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Subseção I Da Responsabilidade por Substituição Tributária

Art. 271. São responsáveis, por substituição tributária, pelo pagamento do imposto devido e acréscimos legais:

- o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;
- a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária:
 - a) de serviço prestado por contribuinte que não esteja regularmente cadastrado como contribuinte do Município ou não tenha emitido nota fiscal de prestação de serviço;
 - b) dos serviços descritos nos subitens 1.01, 1.02, 1.03, 1.04, 1.05, 1.06, 1.07, 1.08, 3.01, 3.02, 3.03, 3.04, 4.02, 4.03, 4.17, 4.21, 7.02, 7.03, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.13, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 9.02, 9.03, 10.01, 10.02, 10.03, 10.04, 10.05, 10.07, 10.08, 11.02, 14.01, 14.02, 14.05, 14.06, 17.05, 17.06, 17.07, 17.08, 17.09, 17.19, 17.22, 19.01, 20.01, 20.02, 20.03, 26.01 e 37.01 da lista de serviços constante do Anexo II;
- as empresas públicas e sociedades de economia mista, quando contratarem a prestação de serviços sujeitos à incidência do imposto;
- as distribuidoras de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização, em relação às vendas subseqüentes realizadas pelas entidades esportivas autorizadas ou empresas contratadas, exploradoras de casas de jogos e bingos eletrônicos ou permanente;
- os administradores de bens e negócios de terceiros, em relação aos serviços de venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios, realizados em casas de jogos e bingos eletrônicos ou permanente;
- as empresas prestadoras dos serviços de planos de medicina de grupo ou individual e planos de saúde, em relação aos serviços de saúde e assistência médica, descritos no item 4 da Lista de Serviços;
- as agências de propaganda, em relação aos serviços prestados por terceiros, quando contratados por conta e ordem de seus clientes;
- as empresas incorporadoras e construtoras, em relação aos serviços de agenciamento, corretagem ou intermediação de bens imóveis, descritos no subitem 10.05 da Lista de Serviços constante do Anexo II;
- as empresas seguradoras, em relação aos serviços dos quais resultem:
 - remunerações a título de pagamentos em razão do conserto, restauração ou recuperação de bens sinistrados;
 - remunerações a título de comissões pagas a seus agentes, corretores ou intermediários, pela venda de seus planos;
 - remunerações a título de pagamentos em razão de inspeções e avaliações de risco para cobertura de contrato de seguros e de prevenção e gerência de riscos seguráveis.
- São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido e não retido, os órgãos da administração pública da União, do Estado e do Município, inclusive suas autarquias e fundações.

§ 1º O disposto nos incisos II "b", III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X não se aplica quando o contribuinte prestador do serviço sujeitar-se a pagamento do imposto em base fixa ou por estimativa, devendo esta condição ser comprovada.

§ 2º O disposto no inciso II "b" não se aplica:

- quando o contratante ou intermediário não estiver estabelecido ou domiciliado no Município;
- quando o contratante for o promitente comprador, em relação aos serviços prestados pelo incorporador-construtor;

§ 3º A responsabilidade a que se refere este artigo somente será elidida nos seguintes casos:

- quando o prestador dos serviços, agindo com o propósito de impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou de evitar ou diferir o seu pagamento, prestar informações falsas ao responsável induzindo-o a erro na apuração do imposto devido;
- na concessão de medida liminar ou tutela antecipada, em qualquer espécie de ação judicial.

§ 4º Aos responsáveis que se refere este artigo, fica atribuída, em caráter supletivo, a responsabilidade pelo cumprimento total ou parcial da obrigação tributária, bem como à terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, que

tenha obrigação de reter o imposto devido, nos termos da lei, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 5º Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 6º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este. (Redação acrescida pela Lei nº 2541/2017)

§ 7º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço. (Redação acrescida pela Lei nº 2541/2017)

Subseção II

Da Retenção do Imposto na Fonte

Art. 272. Além do disposto no artigo 270, o tomador do serviço, quer seja pessoa física quer jurídica, é responsável pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, e deve reter e recolher o seu montante, quando o prestador:

- obrigado à emissão de nota fiscal, fatura ou outro documento exigido pela Administração, não o fizer;
- desobrigado da emissão de nota fiscal, nota fiscal-fatura ou outro documento exigido pela Administração, não fornecer:

recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço;

comprovante de que tenha sido recolhido o imposto correspondente ao exercício anterior, salvo se inscrito posteriormente; cópia do cadastro de inscrição como contribuinte.

§ 1º Para a retenção do Imposto, nos casos de que trata este artigo, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a respectiva alíquota constante da Lista de Serviços integrante do ANEXO II.

§ 2º O responsável, ao efetuar a retenção do Imposto, deverá fornecer comprovante ao prestador do serviço.

Art. 273. A retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, por parte do tomador de serviço, inclusive os órgãos da

administração pública da União, do Estado e do Município e suas autarquias e fundações, deverá ser devidamente comprovada, mediante aposição de carimbo com os dizeres "ISS Retido na Fonte", por parte do tomador de serviço:

- havendo emissão de documento fiscal pelo prestador do serviço, na via do documento fiscal destinada à fiscalização;
- não havendo emissão de documento fiscal, mas havendo emissão de documento gerencial pelo prestador do serviço, na via do documento gerencial destinada ao tomador do serviço;
- não havendo emissão de documento fiscal e nem de documento gerencial, pelo prestador de serviço, na via do documento gerencial de controle do tomador do serviço, emitido pelo próprio tomador de serviço.

Parágrafo único. Os valores descontados na forma deste artigo serão deduzidos pelos prestadores dos serviços no momento da apuração do imposto e recolhidos à Fazenda Pública Municipal.

Art. 274. O proprietário da obra é solidariamente responsável pelo pagamento do imposto relativo à construção.

Art. 275. As empresas e as entidades alcançadas, de forma ativa ou passiva, pela retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, manterão controle, em separado, de forma destacada, em pastas, em livros, em arquivos ou em quaisquer outros meios, das operações ativas e passivas sujeitas ao regime de responsabilidade tributária por substituição total, para exame periódico da fiscalização municipal.

Seção V DA BASE DE CÁLCULO

Subseção I Das Disposições Gerais

Art. 276. Para os efeitos do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, considera - se:

Empresa toda e qualquer pessoa jurídica que exerce a atividade econômica de prestação de serviço;

Profissional Autônomo toda e qualquer pessoa física que habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço;

Trabalho pessoal aquele material ou intelectual, executado pelo próprio prestador, pessoa física;

- Sociedade simples de trabalho profissional, com caráter especializado, organizada para a prestação de serviços e que tenha seu contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe;

Trabalhador avulso Aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sob dependência hierárquica, mas sem vinculação empregatícia.

Subseção II Da Base de Cálculo dos Serviços Prestados

Sob a Forma de Trabalho Pessoal do Próprio Contribuinte

Art. 277. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é o valor correspondente à prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, e será determinada, anualmente, em função da natureza do serviço e dos outros fatores pertinentes.

Art. 278. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será calculado, anualmente, através da multiplicação do valor vigente da Unidade Fiscal Municipal - UFM pela quantidade de UFM's fixadas no Anexo II.

Art. 279. A prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, com ou sem estabelecimento, que não tenha, a seu serviço, empregado com a sua mesma qualificação profissional.

Art. 280. Quando a prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte não for o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, com ou sem estabelecimento, tendo, a seu serviço, empregado com a sua mesma qualificação profissional, a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será determinada, mensalmente, levando-se em conta o preço do serviço.

Art. 281. O Imposto devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal poderá ser recolhido de uma só vez ou de forma parcelada, conforme definido em regulamento devendo o contribuinte optar pela forma, prazos e condições no ato da inscrição.

Subseção III

Base de Cálculo da Prestação de Serviço

Sob a Forma de Pessoa Jurídica, não incluída nos subitens 3.03 e 22.01, da Lista de Serviços.

Art. 282. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre a prestação de serviço sob a forma pessoa jurídica, não incluída nos subitens 3.03 e 22.01 da lista de serviços, será determinada, mensalmente, em função do preço do serviço.

Art. 283. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre a prestação de serviço sob a forma de pessoa jurídica, não incluída nos subitens 3.03 e 22.01 da lista de serviços, será calculado, mensalmente, pela multiplicação do preço dos serviços realizados pela alíquota correspondente, conforme Tabela constante do Anexo II.

Art. 284. O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja

na conta ou não, inclusive a título de reembolso, de ressarcimento, de reajustamento ou de outro dispêndio de qualquer natureza, independentemente do seu efetivo pagamento:

- incluídos:

os materiais a serem ou que tenham sido utilizados na prestação dos serviços;

as mercadorias a serem ou que tenham sido utilizadas na prestação dos serviços, ressalvados os previstos nos subitens 7.02, 7.05, 14.01, 14.03 e 17.10, da lista de serviços constante do Anexo II;

- sem nenhuma dedução, inclusive de subempreitadas.

Art. 285. Para efeitos do artigo anterior, I - Mercadoria:

é o objeto de comércio do produtor ou do comerciante, por grosso ou a retalho, que a adquire para revender a outro comerciante ou ao consumidor;

é a coisa móvel que se compra e se vende, por atacado ou a varejo, nas lojas, armazéns, mercados ou feiras;

é todo bem móvel sujeito ao comércio, ou seja, com destino a ser vendido;

é a coisa móvel que se encontra na posse do titular de um estabelecimento comercial, industrial ou produtor, destinando-se a ser por ele transferida, no estado em que se encontra ou incorporada a outro produto.

- Material:

é o objeto que, após ser comercializado, pelo comércio do produtor ou do comerciante, por grosso ou a retalho, é adquirido, pelo prestador de serviço, não para revender a outro comerciante ou ao consumidor, mas para ser utilizado na prestação dos serviços previstos na lista de serviços;

é a coisa móvel que, após ser comprada, por atacado ou a varejo, nas lojas, armazéns, mercados ou feiras, é adquirida, pelo prestador de serviço, para ser empregada na prestação dos serviços previstos na lista de serviços;

é todo bem móvel que, não sujeito mais ao comércio, ou seja, sem destino a ser vendido, por se achar no poder ou na propriedade de um estabelecimento prestador de serviço, é usado na prestação dos serviços previstos na lista de serviços;

é a coisa móvel que, logo que sai da circulação comercial, se encontra na posse do titular de um estabelecimento prestador de serviço, destina-se a ser por ele aplicada na prestação dos serviços previstos na lista de serviços.

-Subempreitada:

é a terceirização total ou parcial de um serviço global previsto na lista de serviços;

é a terceirização de uma ou de mais de uma das etapas específicas de um serviço geral previsto na lista de serviços.

Art. 286. Nos serviços contratados por administração, a base de cálculo compreende os honorários, os dispêndios com mão-de-obra, encargos sociais e reajustamentos, as

despesas gerais de administração e outras, realizadas direta ou indiretamente pelo prestador.

Art. 286-A Nas demolições, inclui-se no preço dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro e/ou em materiais provenientes do desmonte.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos contratos de construção civil, nos quais a empreiteira principal execute e cobre a demolição englobadamente com o contrato de construção.

Art. 287. Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor acumular a sua qualidade com a de proprietário, promitente comprador, cessionário, ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais, a base de cálculo será o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo às cotas de construção.

§ 1º Na hipótese prevista neste artigo, só será admissível deduzir da base de cálculo o valor dos materiais de construção proporcionais às frações ideais de terreno, alienadas ou compromissadas.

§ 2º Consideram-se também compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamentos de bens e serviços adquiridos, inclusive terrenos.

§ 3º A apuração proporcional da base de cálculo será feita individualmente, por obra, de acordo com o registro auxiliar das incorporações imobiliárias.

§ 4º Quando não forem especificados, nos contratos, os preços das frações ideais de terrenos e das quotas de construção, o preço dos serviços será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante da divisão do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada a unidade contratada.

Art. 288. Se, no local do estabelecimento e em seus depósitos ou outras dependências forem exercidas atividades diferentes, sujeitas a mais de uma forma de tributação, deverá ser observada a seguinte regra: se as atividades forem tributadas com alíquotas diferentes ou sobre o movimento econômico total, ou com dedução, e se na escrita não estiver separadas as operações, por atividade, ficarão as mesmas, em sua totalidade, sujeitas a alíquotas mais elevadas, calculada sobre o movimento econômico total.

Art. 289. Na impossibilidade da apuração do preço do serviço na atividade de construção civil através de informações contábeis ou fiscais, de conformidade com a legislação vigente, o preço desse serviço será apurado pela sistemática a seguir:

§ 1º Fica instituída a tabela, com respectivos percentuais, para apuração do valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, tomando-se por base o tipo e padrão da construção, observando-se, ainda, os seguintes critérios:

- os percentuais serão estabelecidos segundo padrão de acabamento do tipo de obra de conformidade com o memorial descritivo anexo ao pedido de licença para a construção e do enquadramento do IPTU, do grau de absorção de mão-de-obra na sua execução,
- em se tratando de construção do tipo misto, será utilizado para o cálculo o valor corresponde à metragem quadrada de cada um, de acordo com o valor estabelecido na tabela a seguir ou Pauta de Valores a que se refere o caput do § 1º deste artigo;
- reforma sem aumento de área, será calculada a base de 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao tipo de construção do imóvel reformado, previsto na tabela abaixo, considerando-se a área indicada na licença expedida pela Prefeitura Municipal ou a área total construída, se a reforma for diferente ou não constar da respectiva licença;
- o calculo para definição do valor do metro quadrado e do imposto devido será feito com base nos dados seguintes:

TIPO DE CONSTRUÇÃO	PADRÃO	% SOBRE A "UFM"
Alvenaria	Baixo de 71 a 100 m2	2,3%
	Econômico 101 a 150m2	2,9%
	Médio 151 a 251 m2	4,2%
	Alto Padrão 251 a 99999m2	5,5%
Madeira	Baixo 71 a 100m2	1,4,%
	Médio 101 a 150 m2	3,2%
	Alto Padrão 151 a 9999m2	4,5%

- fórmula de cálculo: UFM x % da Tabela = Valor do m2; valor do m2 x metragem da edificação = Valor do ISS.

Art. 290. Na hipótese de obra cuja realização esteja por acontecer ou com previsão de prazo para seu início e conclusão a critério do responsável, o ISS poderá ser recolhido ao Erário Municipal a medida da realização da mesma, com base no grau de absorção da mão de obra, no prazo máximo de seis meses.

Parágrafo único. A apuração do preço será efetuada com base nos elementos em poder do sujeito passivo.

Art. 291. O preço do serviço ou a receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída a sua prestação.

Art. 292. Os sinais e os adiantamentos recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, integram a receita bruta no mês em que forem recebidos.

Art. 293. Quando a prestação do serviço for subdividida em partes, considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Art. 294. A aplicação das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, independe do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação ao outro.

Art. 295. As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços integrarão a receita do mês em que sua fixação se tomar definitiva.

Art. 296. Na falta do preço do serviço, ou não sendo ele desde logo conhecido, poderá ser fixado, mediante estimativa ou através de arbitramento.

Subseção IV

Base de Cálculo da Prestação de Serviço

Sob a Forma de Pessoa Jurídica do Subitem 3.03 da Lista de Serviços

Art. 297. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre a prestação de serviço sob a forma de pessoa jurídica incluída no subitem 3.03 da lista de serviços constante do Anexo II, será determinada, mensalmente, em função do preço do serviço.

Art. 298. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre a prestação de serviço sob a forma de pessoa jurídica incluída no subitem 3.03 da lista de serviços constante do Anexo II, será calculado:

- proporcionalmente, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município;
- mensalmente, conforme o caso:

através da multiplicação do PSA - Preço do Serviço Apurado, da ALC - Alíquota Correspondente, da EM - Extensão Municipal da Ferrovia, Rodovia, Dutos, Condutos e Cabos de Qualquer Natureza e por 100 (Cem), Divididos pela ET - Extensão Total da

Ferrovia, Rodovia, Dutos, Condutos e Cabos de Qualquer Natureza, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{ISS} = (\text{PSA} \times \text{ALC} \times \text{EM} \times 100) : (\text{ET})$$

através da multiplicação do PSA - Preço do Serviço Apurado, da ALC - Alíquota Correspondente, da QPLM - Quantidade de Postes Locados no Município e por 100 (Cem), Divididos pela QTPL - Quantidade Total de Postes Locados, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{ISS} = (\text{PSA} \times \text{ALC} \times \text{QPLM} \times 100) : (\text{QTPL})$$

Art. 299. O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, de ressarcimento, de reajustamento ou de outro dispêndio de qualquer natureza, independentemente do seu efetivo pagamento:

I - incluídos:

os materiais a serem ou que tenham sido utilizados na prestação dos serviços;
as mercadorias a serem ou que tenham sido utilizadas na prestação dos serviços; II - sem nenhuma dedução, inclusive de subempreitadas.

Parágrafo único. São computados na receita bruta ou no movimento econômico resultante da prestação desses serviços, outros serviços similares, congêneres e correlatos.

Art. 300. O preço do serviço ou a receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída a sua prestação.

Art. 301. Os sinais e os adiantamentos recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, integram a receita bruta no mês em que forem recebidos.

Art. 302. Quando a prestação do serviço for subdividida em partes, considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Art. 303. A aplicação das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, independe do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação ao outro.

Art. 304. As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços integrarão a receita do mês em que sua fixação se tomar definitiva.

Art. 305. Na falta do Preço do Serviço Apurado (PSA), ou não sendo ele desde logo conhecido, poderá ser fixado, mediante estimativa ou através de arbitramento.

Subseção V Base de Cálculo da Prestação de Serviços

Sob a Forma de Pessoa Jurídica Incluída no Subitem 22.01 da Lista de Serviços.

Art. 306. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS sobre a prestação de serviço sob a forma de pessoa jurídica incluída no subitem 22.01 da lista de serviços constante do Anexo II, será determinada, mensalmente, em função do preço do serviço.

Art. 307. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre a prestação de serviço sob a forma de pessoa jurídica incluída no subitem 22.01 da lista de serviços constante do Anexo III, será calculado, proporcionalmente à extensão da rodovia explorada, mensalmente, através da multiplicação do PSA - Preço do Serviço Apurado, da ALC - Alíquota Correspondente, da EMRE - Extensão Municipal da Rodovia Explorada e por

100 (Cem), Divididos pela ECRE - Extensão Considerada da Rodovia Explorada, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{ISS} = (\text{PSA} \times \text{ALC} \times \text{EMRE} \times 100) : (\text{ECRE})$$

Art. 308. O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, de ressarcimento, de reajustamento ou de outro dispêndio de qualquer natureza, independentemente do seu efetivo pagamento:

I - incluídos:

os materiais a serem ou que tenham sido utilizados na prestação dos serviços;

as mercadorias a serem ou que tenham sido utilizadas na prestação dos serviços; II - sem nenhuma dedução, inclusive de subempreitadas.

Parágrafo único. São computados na receita bruta ou no movimento econômico resultante da prestação desses serviços, outros serviços similares, congêneres e correlatos.

Art. 309. O preço do serviço ou a receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída a sua prestação.

Art. 310. Os sinais e os adiantamentos recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, integram a receita bruta no mês em que forem recebidos.

Art. 311. Quando a prestação do serviço for subdividida em partes, considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Art. 312. A aplicação das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, independe do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação ao outro.

Art. 313. As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços integrarão a receita do mês em que sua fixação se tomar definitiva.

Art. 314. Na falta do Preço do Serviço Apurado (PSA), ou não sendo ele desde logo conhecido, poderá ser fixado, mediante estimativa ou através de arbitramento.

Seção VI DO SUJEITO PASSIVO

Art. 315. O contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é o prestador do serviço.

Seção VII DAS ALÍQUOTAS

Art. 316. A alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será de 5% (cinco por cento) e a mínima de 3% (três por cento).

Art. 316-A A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento). (Redação acrescida pela Lei nº **2541**/2017)

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei. (Redação acrescida pela Lei nº **2541**/2017)

§ 2º É nula a lei ou o ato que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço. (Redação acrescida pela Lei nº **2541**/2017)

§ 3º A nulidade a que se refere o Parágrafo 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município, direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula. (Redação acrescida pela Lei nº **2541**/2017)

Art. 317. As Alíquotas são variáveis de acordo com a natureza do serviço e de outros fatores pertinentes e contidas na Lista de Serviços integrantes do Anexo II.

Art. 318. Na hipótese de serviços prestados por empresas enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o imposto será calculado aplicando-se a alíquota própria sobre o preço do serviço de cada atividade.

Parágrafo único. O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação da alíquota mais elevada sobre o faturamento.

Seção VIII DO ARBITRAMENTO

Art. 319. A autoridade fiscal arbitrará, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a base de cáculo, sempre que:

- não puder ser reconhecido o valor efetivo do preço do serviço ou da venda, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de documentos fiscais;
- os registros fiscais ou contábeis, bem como as declarações ou documentos exigidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, por serem insuficientes, inverossímeis ou falsos, não merecerem fé;
- o contribuinte ou responsável, após regularmente intimado, recusar-se a exibir   fiscalização os elementos necessários   comprovação do valor dos serviços prestados; IV - existirem atos qualificados em lei como crimes ou contravenções ou, mesmo que sem essa qualificação, forem praticado com dolo, fraude ou simulação, atos esses evidenciados pelo exame de declarações ou documentos fiscais ou contábeis exigidos pelo contribuinte, ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;
- ocorrer prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;
- houve flagrante insuficiência de imposto pago em face do volume dos serviços prestados;
- tiver serviços prestados sem a determinação do preço ou, reiteradamente, a título de cortesia;
- for apurado o exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no Cadastro Mobiliário.

Art. 320. Na hipótese do artigo anterior, o arbitramento será elaborado tomando-se como base:

valor de m terias-primas, insumo, combustível e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços;
ordenados, s l rios, retiradas pró-labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;
aluguel do imóvel e de máquinas e equipamentos utilizados ou, quando próprios correspondente a 10% do valor dos mesmos;
o montante das despesas com água, luz, telefone;
impostos, taxas, contribuições e encargos em geral;
outras despesas mensais obrigatórias.

Parágrafo  nico. O montante apurado será acrescido de 30% (trinta por cento), a título de lucro ou vantagem remuneratória a cargo do contribuinte, em relação ao ISS.

Art. 321. Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento pela forma estabelecida, no caso ISS, apurar-se-  o preço do serviço, levando-se em conta:

- os recolhimentos efetuados em períodos idênticos por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;
- o preço corrente dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;
- os fatores inerentes e situações peculiares ao ramo de negócios ou atividades, considerados especialmente os que permitam uma avaliação do provável movimento tributável.

Art. 322. O Termo de Arbitramento integra a Notificação Fiscal e deve conter:

- a identificação do sujeito passivo;
- o motivo do arbitramento;
- a descrição das atividades desenvolvidas pelo sujeito passivo;
- as datas inicial e final, ainda que aproximadas, de cada período em que tenham desenvolvidas as atividades;
- os critérios de arbitramento utilizados pela autoridade fazendária;
- o valor da base de cáculo arbitrada, correspondente ao total das prestações realizadas em cada um dos períodos considerados;
- o cliente do sujeito passivo ou, se for o caso, a indicação de que este se negou a opor o cliente.

Parágrafo  nico. Os critérios a que se refere o inciso V deste artigo serão estabelecidos em regulamento.

Art. 323. Acompanham o Termo de Arbitramento as cópias dos documentos que lhe serviram de base, salvo quando estas tenham sido extraídas de documentos pertencentes ao próprio sujeito passivo, caso em que serão identificados.

Art. 324. É assegurado ao contribuinte o direito de contestar a avaliação do valor arbitrado, na forma e prazos previstos neste Código.

Art. 325. O arbitramento:

referir-se-á, exclusivamente, aos fatos atinentes ao período em que se verificarem as ocorrências;

- deduzirá os pagamentos efetuados no período;
- será fixado mediante relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata;
- com os acréscimos legais, será exigido através de Termo de Intimação e/ou Auto de Infração;
- cessará os seus efeitos, quando o contribuinte, de forma satisfatória, a critério do fisco, sanar as irregularidades que deram origem ao procedimento.

Art. 326. Não se aplica o disposto nesta Seção quando o fisco dispuser de elementos suficientes para determinar o valor real das prestações.

Art. 327. É assegurado ao contribuinte o direito de contestar a avaliação do valor arbitrado, na forma e prazos previstos neste Código.

Seção IX DA ESTIMATIVA

Art. 328. A Autoridade Fiscal estimará de ofício ou mediante requerimento do contribuinte, a base de cálculo do ISS, quando se tratar de:

- atividade exercida em caráter provisório;
- sujeito passivo de rudimentar organização;
- o contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios aconselhem tratamento fiscal específico;
- sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias ou principais.

Art. 329. A estimativa será apurada tomando-se como base:

- o preço corrente do serviço, na praça;
- o tempo de duração e a natureza específica da atividade;
- o valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período considerado.

Art. 330. O regime de estimativa:

- será fixado por relatório da autoridade fiscal, homologado pela chefia imediata, e deferido por um período de até 12 (doze) meses;
- terá a base de cálculo expressa em UFM;
- a critério do órgão fazendário, poderá, a qualquer tempo, ser suspenso, revisto ou cancelado;
- dispensa o uso de livros e notas fiscais, por parte do contribuinte;
- por solicitação do sujeito passivo e a critério do fisco, poderá ser encerrado, ficando o contribuinte, neste caso, subordinado à utilização dos documentos fiscais exigidos.

Art. 331. O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do relatório homologado.

Parágrafo único. No caso específico de atividade exercido em caráter provisório, a ciência da estimativa se dará através de Termo de Intimação.

Art. 332. A reclamação não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.

Parágrafo único. Julgada procedente a reclamação, total ou parcialmente, a diferença recolhida na pendência da decisão será compensada nos recolhimentos futuros.

Seção X DO LANÇAMENTO

Art. 333. O imposto será lançado:

I - de ofício:

uma única vez, no exercício a que corresponder o tributo, quando o serviço for prestado sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física, no caso de opção pelo valor fixo; por arbitramento ou estimativa, numa única vez ou mensalmente, durante o exercício. II - por homologação, mensalmente, em relação ao serviço efetivamente prestado no período, nos demais casos.

Art. 334. Os contribuintes sujeitos ao lançamento mensal do imposto, por homologação, ficam obrigados a:

- manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis ou isentos;
- emitir nota s fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pelo órgão fazendário competente, por ocasião da prestação dos serviços ainda que não tributáveis ou isentos;

§ 1º A empresa ao mandar fazer novas impressões de bloco de Nota s Fiscais, dependerá de autorização prévia do Poder Executivo.

§ 2º Os livros fiscais deverão ser autenticados, de acordo com normas regulamentares.

§ 3º Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização de tributos, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos nas normas regulamentares.

§ 4º Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar ou a autoridade administrativa, pôr despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais, necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

Art. 335. A administração tributária poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta, que o volume e/ou a modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 336. A estimativa fiscal não poderá ultrapassar o exercício fiscal em que foi estabelecida.

Art. 337. Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão, a critério da autoridade administrativa competente, ficar dispensado da escrituração das notas em livros fiscais.

Art. 338. O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecer as condições que originaram o enquadramento.

Art. 339. O lançamento do imposto não implica em recolhimento ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Seção XI DA ARRECADAÇÃO

Art. 340. O recolhimento será feito diretamente aos cofres da Prefeitura Municipal ou na rede arrecadadora autorizada, mediante o preenchimento de boleto bancário contendo código de barras adotado pelo Município.

Art. 341. O recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, será efetuado nos seguintes prazos:

- Mensalmente, até o décimo quinto dia do mês subsequente, nos casos do imposto homologado ou por estimativa;
- Mensalmente, conforme parcelas estabelecidas em regulamento, nos casos do valor do imposto ser fixo e parcelado;
- Anualmente, conforme prazo estabelecido em regulamento, quando o recolhimento do ISS for fixo e em parcela única.

Art. 342. Relativamente à construção civil, o imposto será recolhido:

- à vista, no ato da expedição do alvará e aprovação do projeto;
- parcelado durante a execução da obra, devidamente corrigido na forma disposta no Código Tributário Municipal, desde que o valor da parcela não seja inferior a 5 (cinco) Unidades Fiscais Municipais - UFM's, sem prejuízo da compactação de parcelas, quando a obra se realizar em prazo inferior ao previsto.

§ 1º O recolhimento do imposto na forma deste artigo deverá ser requerido pelo contribuinte ou responsável tempestivamente com sujeição à apreciação e aprovação da autoridade competente.

§ 2º O recolhimento do imposto nos termos do inciso II deste artigo, terá o seu valor expressos em números da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFM, ou outro indexador que venha substituí-la, calculado mediante a multiplicação da base de cálculo, já convertida em Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFM, pela alíquota aplicável.

§ 3º Somente será concedido Alvará de Habite-se ao proprietário da obra que apresentar a quitação relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

§ 4º A incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, no caso previsto neste artigo, ocorre na data da aprovação definitiva do projeto da obra pelo órgão municipal competente independentemente do conhecimento do fato, pelo contribuinte ou responsável.

Art. 343. No caso de feiras ou diversões públicas, quando estas forem eventuais ou provisórias definidas como espetáculos de qualquer espécie, parque de diversões, exposições, feiras ou qualquer outra promoção ou evento, bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, competições esportivas, onde se cobram ingressos e os serviços sejam tributados, inclusive a guarda e o estacionamento de veículos, o imposto será fixado a partir de uma base de cálculo estimado ou arbitrados e recolhidos antecipadamente aos cofres municipais.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, quando o contribuinte tiver domicílio tributário e inscrição no Cadastro Municipal, o recolhimento do imposto poderá ser efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do evento.

Seção XII DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 344. A autoridade fiscal, tomando conhecimento da atividade exercida pelo contribuinte, analisando a antecipação de recolhimento homologará ou não os auto - lançamentos ou lançamentos espontâneos apresentado pelo sujeito passivo, nos termos desta Lei.

Seção XIII DAS IMUNIDADES, NÃO INCIDÊNCIA E ISENÇÕES

Art. 345. São isentas do imposto as prestações de serviços efetuadas:

- por engraxates e jornaleiros;
- por associações de classe, conselhos regionais de profissionais, sindicatos e as respectivas federações e confederações cujos atos constitutivos estejam devidamente registrados nos órgãos competentes;
- de diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão da educação e cultura municipal ou órgão similar;
- por associações desportivas, culturais ou recreativas, sem venda de ingresso;
- nas obras para construção de moradias executadas pelo proprietário, cujos contribuintes se utilizarem do programa planta padrão e que comprovadamente não possuam habitação própria, devendo a autoridade administrativa concedê-la, por despacho a requerimento do interessado.

Seção XIV DOS LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 346. O sujeito passivo da obrigação tributária fica obrigado a manter, no seu domicílio tributário, o Livro de Registro de Serviços.

Parágrafo único. Em caso da não apresentação do livro de Registro de Serviços, fica o contribuinte obrigado a apresentar os registros contábeis informatizados, com detalhamento de centro de custos por obra.

Art. 347. Nos casos de perda ou extravio dos documentos e livros fiscais, poderá a autoridade fiscal intimar o sujeito passivo a comprovar o montante dos serviços escriturados, ou que deveriam ser escriturados, para efeito do pagamento do tributo.

Parágrafo único. Na hipótese de recusa do sujeito passivo de fazer a comprovação, ou não puder fazê-la, ou ainda se for considerada insuficiente, o montante dos tributos será arbitrado pela autoridade fiscal, na forma desta lei, e deverá ser pago dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação.

Art. 348. Cada estabelecimento do mesmo sujeito passivo é considerado autônomo para o efeito exclusivo de manutenção de livros e documentos fiscais e para recolhimento do imposto relativo aos serviços nele prestados, respondendo a empresa pelos débitos, acréscimos e multas referentes a quaisquer deles.

Art. 349. O sujeito passivo fica obrigado a manter, em cada um dos seus estabelecimentos obrigados à inscrição, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributados.

§ 1º O regulamento estabelecerá os modelos de livros fiscais, a forma e os prazos para sua escrituração podendo, ainda, dispor sobre a dispensa ou a obrigatoriedade de manutenção de determinados livros, tendo em vista a natureza dos serviços ou o ramo de atividade dos estabelecimentos.

§ 2º Através de regulamento será estabelecido a forma de escrituração contendo as normas e procedimentos informatizados dos livros e notas fiscais.

Art. 350. Os livros fiscais não poderão ser retirados do estabelecimento sob pretexto algum, a não ser nos casos expressamente previstos, presumindo-se retirado o livro que não for exibido ao Fisco, quando solicitado.

Parágrafo único. Os agentes fiscais arrecadarão, todos os livros fiscais encontrados fora do estabelecimento e os devolverão ao sujeito passivo, após a lavratura do auto de infração cabível.

Art. 351. Os livros fiscais, que serão impressos e com folhas numeradas tipograficamente, somente serão usados depois de visados pela repartição fiscal competente, mediante termo de abertura.

Parágrafo único. Salvo a hipótese de início de atividade, os livros novos somente serão visados mediante a apresentação dos livros correspondentes a serem encerrados.

Art. 352. A escrituração poderá ser por processo manual, mecânico ou informatizado.

Art. 353. Por ocasião da prestação do serviço deverá ser emitida nota fiscal, com as especificações, utilização e autenticação determinadas em regulamento.

§ 1º Independentemente da série, modelo ou tipo de documento fiscal emitido pelo prestador de serviço, nesse documento deverá conter:

- Razão Social da Empresa e/ou nome da pessoa física;
- endereço: rua, número, bairro, município, unidade federativa e CEP;
- número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e/ou CPF;
- número da Inscrição Estadual, se possuir mais de uma atividade econômica;
- número do Cadastro Municipal;
- série, modelo ou tipo de documento;
- número do documento;
- natureza da operação;
- data da emissão do documento fiscal;
- destinatário com as respectivas informações contidas nos incisos I, II, III e IV;
- colunas ou espaço para informar a quantidade, tipo, valor unitário e/ou valor total do serviço prestado;
- no final do documento fiscal, deverá conter o valor total do serviço prestado e destacar o ISS referente ao serviço.
- no rodapé da Nota Fiscal deverá conter, a número da autorização, data e o nome da empresa responsável pela impressão.

§ 2º A Administração poderá estabelecer, por Decreto, critérios para empresas que queiram utilizar o Cupom Fiscal.

Art. 354. Nenhum estabelecimento gráfico poderá confeccionar documentos fiscais de serviços, sem prévia autorização do fisco municipal para impressão.

Parágrafo único. O não cumprimento do que estabelece o caput deste artigo, sujeitará o infrator as sanções previstas nesta Lei.

Art. 355. Os estabelecimentos gráficos manterão em seus estabelecimentos, fichas de registro de autorização de impressão.

Parágrafo único. O registro de que trata este artigo será de obrigação da gráfica, a qual deverá manter sempre os lançamentos atualizados, a fim de facilitar a fiscalização municipal.

Art. 356. A autorização para impressão de notas fiscais de serviço será confeccionada em três vias, sendo a primeira destinada ao fisco, a segunda ao estabelecimento gráfico e a terceira ao contribuinte responsável pelas notas fiscais.

Parágrafo único. A autorização de impressão de notas fiscais de serviços de que trata o caput deste artigo, deverá ter:

- nome, endereço, número da inscrição municipal, número do CNPJ, nome do Município e do Estado de Federação do estabelecimento gráfico;
- nome, endereço, inscrição municipal, número do CNPJ, Município e Estado de Federação do encomendante do serviço;
- espécie, série, numeração, quantidade e o tipo de nota fiscal;
- data, nome, endereço e documento de identidade do responsável pela impressão;
- autorização e assinatura do responsável pela impressão da nota.

Art. 357. O regulamento poderá dispensar a emissão de documentos fiscais para estabelecimentos que utilizem sistemas de controle do seu movimento, capazes de assegurar o seu registro e respectiva autenticidade, de forma satisfatória para os interesses da fiscalização.

Art. 358. Todo aquele que utilizar serviços sujeitos à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza deverá exigir o documento fiscal correspondente.

Art. 359. Além da inscrição cadastral e respectivas alterações, o contribuinte fica sujeito à apresentação, na forma e nos prazos regulamentares, de quaisquer declarações exigidas pelo Fisco Municipal.

TÍTULO VI DAS TAXAS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 360. Taxa é um tributo que tem como fato gerador o exercício regular pelo Município do seu poder de polícia, ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos municipais específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

Parágrafo único. A taxa não poderá ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 361. Considera-se poder de polícia a atividade da administração municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos coletivos ou individuais.

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pela repartição competente, nos limites da lei aplicável, com observância do devido processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Art. 362. Os serviços públicos consideram-se:

- Efetivamente utilizados pelo contribuinte, quando usufruídos, a qualquer título, por ele próprio;
- Potencialmente utilizados pelo contribuinte, quando sendo de utilização compulsória, sejam postos a sua disposição em efetivo funcionamento;

- Específicos, quando sua utilização pode ser individualizada, beneficiando direta e particularmente o usuário;
- Divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um de seus usuários.

Art. 363. Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições do Município, aquelas que, segundo as Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal, e a legislação tributária correlata, a ele competem.

Art. 364. A taxa, como espécie de tributo, subordina-se aos princípios da legalidade, da capacidade contributiva, do não confisco, da irretroatividade, da anterioridade e da não limitação do tráfego de pessoas ou bens.

Art. 365. Integram o Sistema Tributário Municipal as seguintes taxas: I - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia, compreendidas: (Vide Revogação dada pela Lei nº 1780/2008)

A Taxa de Licença para Localização - TLL;

A Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF;

A Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial - TFE;

A Taxa de Licença para o Comércio Ambulante ou Eventual - TCA;

A Taxa de Licença para a Utilização de Logradouros Públicos - TUL;

A Taxa de Licença para Publicidade - TLP;

A Taxa de Licença para Obras - TLO; II - Taxa de Serviços Urbanos, compreendidas:

A Taxa de Utilização do Cemitério Público - TCP;

A Taxa de Segurança contra Sinistros - TSS.

III - Taxa de Serviços Administrativos, compreendidas: (Vide Revogação dada pela Lei nº 1748/2007)

A Taxa de Expediente - TEX;

A Taxa de Serviços Diversos - TSD.

CAPÍTULO II

TAXA PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

Seção I

DO FATO GERADOR

Art. 366. A taxa pelo exercício do poder de polícia tem como fato gerador o exercício de fiscalização e vistoria, no âmbito do território municipal, visando a proteção do interesse público no que tange à localização, à segurança, à higiene, à saúde, à incolumidade, ao respeito à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos coletivos ou individuais, bem como à legislação urbanística.

~~§ 1º Estão sujeitas à prévia licença as seguintes atividades:~~

- ~~— a localização de estabelecimento de agropecuário, comercial, industrial, prestador de serviços, bem como outros;~~
- ~~— o funcionamento de estabelecimento de agropecuário, comercial, industrial, prestador de serviços, bem como outros;~~
- ~~— a funcionamento de estabelecimento em horário especial;~~
- ~~— a veiculação de publicidade, em qualquer das suas formas, em vias e logradouros públicos, bem como em locais de acesso comum;~~
- ~~— a execução de quaisquer obras, assim entendidas: construções, reconstruções, acréscimos, reparos, reformas, pinturas e~~

~~demolições de prédios, muros, tapumes e calçadas;~~

~~— a abertura de ruas e implantação de loteamentos e desmembramentos;~~

~~— a utilização de áreas, de vias, ou de logradouros públicos; - VIII — o exercício de comércio eventual ou ambulante;~~ (Revogado pela Lei nº **1780**/2008)

§ 2º As licenças de que trata este artigo não poderão ser concedidas por prazo superior a um ano, com exceção das licenças previstas no inciso VI, que serão concedidas pelo prazo previsto no parágrafo seguinte.

§ 3º As licenças, previstas no § 1º, relativas ao inciso I, serão concedidas por prazo indeterminado; as relativas ao inciso II, serão válidas para o exercício em que forem concedidas; as previstas nos incisos III, IV, VII e VIII, pelo período solicitado; e as relativas ao V e VI, pelo prazo previsto para execução das respectivas obras.

§ 4º As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser exibido à fiscalização, quando solicitado.

§ 5º A concessão das licenças previstas neste artigo ocorrerá a pedido da parte interessada, e, o não atendimento de qualquer providência exigida para sua concessão implica no abandono do pedido, com seu consequente arquivamento.

Subseção I

Da Taxa de Licença de Localização - TLL

Art. 367. A Taxa de Licença de Localização tem como fato gerador a concessão da licença obrigatória para localização e instalação de qualquer estabelecimento no Município, pertencente a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento, pela atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, e demais normas do código de posturas e da legislação urbanística em geral, visando a execução de uma política urbana sustentável.

§ 1º Incluem-se entre os estabelecimentos sujeitos à fiscalização, os comerciais, os industriais, os agropecuários, os de prestação de serviços em geral e, ainda, os estabelecimentos de entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrentes do exercício de qualquer profissão, arte ou ofício.

§ 2º Os estabelecimentos de pequeno comércio, indústria, profissão, arte ou ofício, tais como: barracas, balcões, boxes, e outros semelhantes, além da taxa prevista nesta seção, estão sujeitos a taxa para uso da área de propriedade ou domínio público quando localizados nestas áreas.

§ 3º Entende-se por estabelecimento como o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades previstas no § 1º, deste artigo, sendo irrelevante para sua caracterização a denominação.

§ 4º Os estabelecimentos sujeitos a Taxa de Licença para Localização, deverão promover sua inscrição como contribuinte, para cada estabelecimento distinto, com os dados, informações e esclarecimentos necessários à correta fiscalização, na forma regulamentar.

§ 5º Para os efeitos do artigo anterior, consideram-se estabelecimentos distintos:

- os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
- os que, embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócios, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos.

Art. 368. A inscrição é promovida mediante o preenchimento de formulário próprio, com a exibição de documentos previstos na forma regulamentar.

Parágrafo único. Precedendo o pedido de inscrição, deverá ser requerida a vistoria do local para o exercício das atividades, excetuadas as atividades exercidas sem estabelecimento fixo.

Art. 369. A inscrição somente se completará depois de concedido o alvará de licença para localização.

Parágrafo único. Nenhum alvará será expedido sem que o local de exercício da atividade esteja de acordo com as exigências mínimas de funcionamento constantes das posturas municipais e atestadas pelo correspondente Departamento de Urbanismo.

Art. 370. O alvará terá validade por prazo indeterminado, e será sempre expedido a título precário, podendo ser cassado a qualquer tempo, quando o estabelecimento deixar de atender as exigências para concessão do alvará, inclusive quando ao estabelecimento seja dada destinação diversa.

§ 1º O alvará será cassado, ainda quando a atividade exercida violar as normas de saúde, sossego, higiene, segurança e moralidade, nos termos da Lei Orgânica do Município e demais normas municipais.

§ 2º A validade do alvará prorrogar-se-á, automaticamente, para cada

exercício subsequente, independentemente de novo requerimento e pagamento de nova taxa, desde que mantidas as condições exigidas para sua localização e funcionamento.

§ 3º Nos exercícios subsequentes à concessão da Taxa de Licença para Localização, os contribuintes pagarão anualmente, nos prazos estabelecidos em regulamento, a Taxa de Fiscalização de Funcionamento, prevista na Subseção II, deste Capítulo.

Art. 371. O alvará será expedido pelo órgão fazendário municipal e conterá:

denominação do alvará de licença para localização;
nome da pessoa física ou jurídica a quem foi concedido;
local do estabelecimento;
ramos de negócios ou atividades;
prazo e validade;
número de inscrição;
horário de funcionamento requerido;
data da emissão.

Art. 372. A Taxa de Licença para Localização será calculada com base na Tabela constante do Anexo III.

Parágrafo único. Será, em qualquer hipótese, de 01 (uma) Unidade Fiscal de Referência - UFR, o valor mínimo da taxa.

Art. 373. Para os profissionais autônomos, a Taxa de Licença para Localização será calculada com base na tabela constante do Anexo III.

Subseção II

Da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF

Art. 374. A Taxa de Fiscalização de Funcionamento tem como fato gerador a atividade municipal de fiscalização do cumprimento das posturas municipais e das normas urbanísticas em geral pelo exercício das atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos agropecuários, comerciais, industriais e prestadores de serviços, bem como os profissionais autônomos.

~~§ 1º A Taxa de Fiscalização de Funcionamento será devida anualmente, a partir do 1.º dia do exercício seguinte àquele da instalação do estabelecimento ou do início da atividade, e paga sempre até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, se outro prazo não for fixado em regulamento.~~

§ 1º A Taxa de Fiscalização de Funcionamento será devida anualmente, a partir do 1º (primeiro) dia do exercício seguinte àquele da instalação do estabelecimento ou do início da atividade, e paga em parcela única ou em até 6 (seis) parcelas, mensais e consecutivas, na forma e prazos definidos em regulamento anualmente, sendo que para o pagamento em parcela única até a data do primeiro vencimento o contribuinte gozará de desconto de 10% (dez por cento). (Redação dada pela Lei nº 2227/2014)

§ 2º Aplica-se à Taxa de Fiscalização de Funcionamento, no que couber, o disposto na Subseção I, deste Capítulo.

§ 3º O lançamento da Taxa de Fiscalização e Funcionamento ocorrerá de ofício, com base no Cadastro Fiscal Municipal.

Art. 375. A Taxa de Fiscalização de Funcionamento será calculada como segue:

- Para os estabelecimentos em geral (comerciais, industriais e prestadores de serviços), 2,0% (dois por cento) da Unidade Fiscal Municipal - UFM por metro quadrado de área utilizada pelo estabelecimento do contribuinte, indispensável ao desenvolvimento de suas atividades, incluída a área de estacionamento e depósitos até o limite de 100 UFM's; Para as Instituições Financeiras 100 UFM's.

Para os profissionais autônomos a quantidade e Unidades Fiscais Municipais UFM's, constantes na Tabela do Anexo III.

Subseção III

~~Da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial—TFE (Revogado pela Lei nº 1780/2008)~~

Art. 376 ~~Os estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços que quiserem funcionar fora do horário normal de abertura ou fechamento, estabelecido na legislação municipal, deverão solicitar licença ao Poder Público Municipal, que, se julgar conveniente e compatível com a legislação vigente, a concederá após o pagamento da taxa prevista nesta subseção.~~

~~Parágrafo único. A licença para funcionamento em horário especial não elide a obrigatoriedade da licença prevista na Subseção I, deste Capítulo, podendo, todavia, ser cumulada com aquela. (Revogado pela Lei nº 1780/2008)~~

Art. 377 ~~A concessão da licença será declarada no respectivo alvará, exigido para cada estabelecimento que funcionar fora do horário normal de abertura ou fechamento. (Revogado pela Lei nº 1780/2008)~~

Art. 378 ~~A Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial será cobrada por estabelecimento, na base de 50% (cinquenta por cento) da UFM ao dia. (Revogado pela Lei nº 1780/2008)~~

Art. 379 ~~Não estão sujeitos à licença de funcionamento em horário especial os hotéis, os motéis, as pensões, os hospitais, as casas de saúde, os jornais, as emissoras de rádio e televisão, as farmácias e drogarias, bem com outros estabelecimentos que por sua natureza ou necessidade desenvolverem suas atividades em horário diferenciado, conforme definido em regulamento. (Revogado pela Lei nº 1780/2008)~~

Art. 380 ~~Não se exigirá a solicitação da licença de que trata esta Subseção, nem o pagamento da respectiva taxa, quando a autorização para funcionamento em horário especial, em caráter geral, for concedida de ofício pelo Poder Público Municipal. (Revogado pela Lei nº 1780/2008)~~

Art. 381 ~~A renovação da licença para funcionamento em horário especial implicará no pagamento de nova Taxa, na forma prevista nesta Seção. (Revogado pela Lei nº 1780/2008)~~

Subseção IV

Da Taxa de Licença para o Comércio Ambulante ou Eventual - TCA.

Art. 382. O comércio ambulante ou eventual poderá ser licenciado, desde que não inconveniente nem prejudicial ao comércio estabelecido, e, atenda as normas Federais, Estaduais e Municipais relativas a este tipo de atividade.

§ 1º Para fins deste artigo considera-se:

- Comércio eventual aquele realizado em determinadas épocas, notadamente as de festejos ou comemorações, bem como a realização de feiras ou promoções de vendas de produtos de qualquer natureza, não superior a 15 (quinze) dias;
- Comércio ambulante aquele realizado em instalações de caráter provisório em instalações removíveis colocadas em imóveis particulares e/ou públicos, em locais previamente autorizado pelo Município, bem como aquele realizado individualmente, sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

§ 2º Fica vedado o comércio ambulante com utilização de veículo automotor na vias públicas.

§ 3º Com a finalidade de organizar e disciplinar o comércio ambulante ou eventual, o Poder Executivo poderá, através de regulamento, estabelecer a quantidade de ambulantes que a cidade comporta, o número de ambulantes para cada atividade, os locais em que o comércio ambulante pode ser desenvolvido, bem como outras normas que entender necessárias e cabíveis.

Art. 383. A Taxa de Licença para o Comércio Ambulante ou Eventual será paga cumulativamente à Taxa de Licença para Utilização de Logradouros Públicos, quando incidente em ambas.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo, os comerciantes legalmente estabelecidos e regularmente inscritos no Cadastro Fiscal, que, cumulativamente, realizarem comércio considerado ambulante.

Art. 384. São isentos do pagamento da taxa:

- os deficientes visuais, mentais e paraplégicos, que exerçam o comércio ambulante em pequena escala;
- os comerciantes ambulantes de jornais, revistas, bilhetes de loteria e livros, desde que realizado individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

Parágrafo único. A isenção de que trata o inciso I deste artigo será estendida às entidades representativas ou de assistência aos portadores das deficiências nele elencadas.

Art. 385. É obrigatória a inscrição, no órgão fazendário municipal, dos comerciantes eventuais ou ambulantes, conforme regulamento, mesmo quando isentos do pagamento da respectiva taxa.

Art. 386. A Taxa de Licença para o Comércio Ambulante ou Eventual será cobrada antecipadamente à concessão da licença, com base na Unidade Fiscal Municipal - UFM, conforme Tabela constante do Anexo IV.

Parágrafo único. Na cobrança da taxa para concessão de licença para realização de feiras ou eventos promocionais de vendas de produtos de qualquer natureza não se aplicam as disposições deste artigo, estando a referida cobrança sujeita às normas do art. 389.

Art. 387. Será isento de cobrança da taxa de que trata esta Subseção o comércio ambulante ou eventual realizado por produtores locais rurais e artesanais, cuja comercialização for de produtos "in natura" ou semi-elaborados, artesanatos e produtos alimentícios caseiros, quando devidamente autorizado pelo Município, e seus produtos inspecionados pelo Serviço Municipal de Saúde, quando

for caso.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal poderá, através de regulamento, estabelecer normas para organizar o comércio na forma deste artigo.

Art. 388. A concessão de licença para realização de feiras ou eventos promocionais de vendas de produtos de qualquer natureza obedecerá ao estabelecido nos incisos a seguir:

- A licença não poderá ser superior a 15 (quinze) dias;
- A empresa promotora deverá formular pedido de licença, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, acompanhado dos seguintes documentos:

contrato de locação do prédio onde se realizará o evento, constando obrigatoriamente o período e a duração da feira;

cópia atualizada e autenticada do contrato social da empresa promotora;

planta com dimensionamento 1:100 com respectivas anotações de responsabilidade técnica - ART, alocando os boxes ou compartimentos, com identificação numérica de área ocupada;

planta com locação dos equipamentos de prevenção e combate a incêndios, devidamente assinado pelo promotor do evento e profissional técnico habilitado;

laudo de aprovação das instalações fornecido pelo corpo de bombeiros, ou na sua falta, por autoridade competente;

laudo de instalações elétricas e hidráulicas, emitido por engenheiro civil ou eletricitista acompanhado das respectivas anotações de responsabilidade técnica - ART, quando o local da realização do evento não disponha de alvará de licença e localização expedido pelo município.

laudo de vistoria do Departamento Municipal de Saúde, referente às áreas de alimentação e instalações sanitárias do local;

cópia do documento enviado à Promotoria Especial de Defesa do Consumidor ou ao PROCON comunicando a realização da feira;

comprovante de pagamento de todas as taxas previstas na legislação municipal;

relação dos expositores, bem como os respectivos endereços e cópias autenticadas das Certidões Negativas Federal, Estadual e do INSS, dentro do prazo de validade e o produto a ser comercializado;

declaração informando o endereço na cidade onde o promotor efetuará a troca de mercadorias que apresentem defeito ou vício, e quem intermediará as relações com o consumidor, até 30 (trinta) dias, após a conclusão da feira, de acordo com o que estabelece o código de defesa do Consumidor.

- as instalações para realização do evento deverão estar concluídas pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes de seu início, para que possam ser vistorias pelos órgãos municipais competentes;

- Ocorrendo a cobrança de ingresso, o valor do mesmo não poderá exceder a 2% (dois por cento) do salário mínimo vigente, obrigando-se a empresa promotora a destinar 50% (cinquenta por cento) da renda assim obtida a alguma entidade filantrópica municipal, a ser indicada pelo município.

- A eventual instalação de praça de alimentação só poderá ser explorada única e exclusivamente por entidades filantrópicas a serem indicadas pelo Município, desde que não exista no local do evento estabelecimento que já explore o ramo de alimentação.

- A taxa de licença será cobrada da empresa promotora do evento no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da Unidade de Fiscal Municipal - UFM por m² (metro quadrado) utilizado.

- O não cumprimento das determinações contidas neste artigo, bem como a tentativa de burlá-las, implicará no fechamento imediato do local e imposição de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da taxa de licença devida, que deverá ser recolhida no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da lavratura e recebimento do auto de infração, a ser expedido pelo respectivo órgão de fiscalização municipal.

Art. 389. Além da aplicação das penalidades cabíveis, serão apreendidos os produtos ou mercadorias, quando ocorrer a comercialização ambulante ou eventual sem a devida licença e o pagamento da taxa prevista nesta Subseção.

§ 1º A liberação dos produtos ou mercadorias eventualmente apreendidas somente ocorrerá após o pagamento da taxa acrescida da multa correspondente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da apreensão.

§ 2º No caso de não recolhimento da taxa, na forma e no prazo previsto no parágrafo anterior, será decretada a perda dos produtos e mercadorias apreendidas, e destinadas à entidades beneficentes locais.

Subseção V

Da Taxa de Licença para a Utilização de Logradouros Públicos - TUL

Art. 390. A critério do órgão fazendário municipal, e desde que não inconveniente à utilização dos logradouros públicos pela população em geral, poderá ser concedida licença para utilização de logradouros públicos.

Art. 391. Entende-se por utilização de logradouro público, aquela feita mediante instalação provisória ou a título precário de balcão, barraca, trailer, mesa, tabuleiro, quiosque ou qualquer outro móvel ou utensílio, utilizada para depósito de materiais com fins comerciais ou de prestação de serviço para estacionamento privativo de veículos em locais permitidos.

Parágrafo único. A utilização de logradouros públicos somente poderá ocorrer mediante autorização do Poder Público na forma prevista nesta Subseção, e, desde que a atividade desenvolvida esteja de acordo com da legislação municipal vigente.

Art. 392. A taxa de que trata esta Subseção será cobrada uma só vez, antecipadamente à concessão da licença.

Art. 393. Dispensar-se-á o pagamento desta taxa, quando a utilização tiver fim patriótico, político, religioso ou de assistência social e cultural.

Art. 394. A Taxa de Licença para Utilização de Logradouro Público será calculada com base no Tabela constante no Anexo V.

Parágrafo único. Quando a utilização objetivar a venda de bebidas alcoólicas, cigarros e exploração de jogos de azar, a taxa será acrescida de 50% (cinquenta por cento), e na utilização para a venda de alimentos produzidos de forma artesanal por produtores locais a taxa sofrerá diminuição equivalente a 50% (cinquenta por cento).

Art. 395. Além da aplicação das penalidades cabíveis, serão apreendidos os produtos ou mercadorias, quando ocorrer a comercialização em logradouros públicos sem a devida licença e o pagamento da taxa estabelecida nesta Subseção.

§ 1º A liberação dos produtos ou mercadorias eventualmente apreendidas somente ocorrerá após o pagamento da taxa acrescida da multa correspondente, no prazo de dez dias contados da apreensão.

§ 2º No caso de não recolhimento da taxa na forma e no prazo previsto no parágrafo anterior, será decretada a perda dos produtos e mercadorias apreendidas e destinadas para entidades beneficentes locais.

Subseção VI

Da Taxa de Licença para Publicidade - TLP

Art. 396. A exploração ou utilização dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, dependerá de prévia licença do Poder Público local, e, quando for o caso, ao pagamento da taxa devida.

Art. 397. Incluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior:

- Os cartazes, os letreiros, os painéis, os outdoors, as placas, faixas, os anúncios em geral, fixos ou volantes, afixados ou pintados, exceto no próprio estabelecimento;
- A propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e outros meios de similares.

Parágrafo único. A veiculação de publicidade na forma prevista neste artigo deverá observar a legislação vigente, bem como disciplinamento estabelecido em regulamento próprio.

Art. 398. São isentos do pagamento da taxa:

- A publicidade com fins patrióticos, religiosos ou eleitorais;
- Os anúncios publicados em jornais, revistas, divulgados através de panfletos, e os irradiados através de rádio e outros meios de comunicação licenciados;
- Os letreiros, placas e outdoors que indicam locais e estabelecimentos.

Parágrafo único. A declaração de isenção será expressa pela autoridade competente, na própria petição em que for solicitada a autorização da publicidade.

Art. 399. A Taxa de Licença para Publicidade será paga, integralmente e antecipadamente à licença, e quando sujeita a renovação, até o último dia do mês de janeiro de cada exercício.

Art. 400. A taxa será calculada, com base na Unidade Fiscal Municipal - UFM, de acordo com a Tabela constante do Anexo VI.

Subseção VII Da Taxa de Licença Para Obras - TLO

Art. 401. A construção, a reconstrução, a ampliação, a reforma ou demolição de prédios, muros, calçadas e quaisquer tapumes, ficam sujeitos a prévia licença do Poder Público local, que a concederá somente após o pagamento da taxa estabelecida nesta Subseção.

Art. 402. Responde pelo pagamento da Taxa de Licença para Obras, quem determinar sua execução e solidariamente quem as executar.

Art. 403. A Taxa de Licença para Obras será calculada com base na Unidade Fiscal Municipal - UFM, de acordo com a Tabela constante do Anexo VII.

Seção II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 404. O contribuinte das taxas previstas neste capítulo é a pessoa física ou jurídica que se enquadrar em quaisquer das situações previstas.

Parágrafo único. No ato do requerimento, o contribuinte deverá fornecer as informações e dados necessários para concessão da licença, mediante preenchimento de formulário próprio.

Seção III DO CÁLCULO DAS TAXAS.

Art. 405. As Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia previstas neste Capítulo serão calculadas de acordo com as Tabelas constante dos Anexos III a VII.

Seção IV DO LANÇAMENTO.

Art. 406. As Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia previstas neste Capítulo serão lançadas em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos, e na respectiva tabela do valor das taxas.

§ 1º A taxa será lançada em relação a cada licença requerida e/ou concedida.

§ 2º O contribuinte fica obrigado a comunicar ao órgão fazendário municipal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências relativas ao seu estabelecimento:

I - Alteração da razão social ou do ramo de atividade; II - Alterações físicas do estabelecimento;

III - Alteração de endereço.

Seção III DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 407. As infrações às disposições deste Capítulo serão punidas, se outras penalidades especiais não estiverem previstas, com as seguintes penalidades:

- Cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando após a interdição temporária deixarem de ser cumpridas as pendências exigidas pelo Fisco Municipal, ou quando a atividade estiver sendo exercida contra os interesses públicos ou contra a legislação vigente;
- Multa de 100% (cem por cento) do valor da Taxa, no caso de exercício de qualquer atividade sujeita à autorização do Poder Público local sem a respectiva licença;
- Multa no valor correspondente a 30% (trinta por cento) da Taxa, no caso de alteração da razão social, de endereço, ramo de atividade, ou qualquer outra alteração física sofrida pelo estabelecimento, sem comunicação ao Fisco Municipal.

CAPÍTULO III DAS TAXAS DE SERVIÇOS URBANOS

Seção I DO FATO GERADOR

Art. 408. O fato gerador das Taxas de Serviços Urbanos é a utilização, efetiva ou potencial, pela utilização de cemitério público e combate a sinistros prestados pelo município ao contribuinte ou colocados a sua disposição, com a regularidade necessária.

Subseção I Da Taxa de Utilização do Cemitério Público - TCP

Art. 409. A Taxa de Utilização do Cemitério Público será paga por quem solicitar o respectivo serviço, e sua cobrança se fará com base na Unidade Fiscal Municipal - UFM, aplicando-se a seguinte Tabela constante do Anexo VIII.

§ 1º A construção de carneiros, jazigo ou nicho, bem como a necessária demolição de baldrame, lápides ou mausoléus, e sua posterior reconstrução, poderão ser executadas pela administração pública mediante pagamento de importância prevista em tabela elaborada pelo setor competente.

§ 2º As pessoas comprovadamente carentes ficam isentas do pagamento da taxa prevista nesta Subseção.

Subseção II
Da Taxa de Segurança contra Sinistros - TSS

Art. 410. A Taxa de Segurança contra Sinistros tem como fato gerador os serviços decorrentes de prevenção, proteção e combate a incêndio ou outros sinistros, específicos ou divisíveis, prestados aos contribuintes, ou postos a sua disposição.

Art. 411. O contribuinte da taxa é o proprietário, titular do domínio ou possuidor a qualquer título de imóveis edificadas no Município.

Art. 412. A Taxa de Segurança contra Sinistros será devida em função da área edificada e tipo de utilização, de acordo com a Tabela constante do Anexo IX.

Art. 413. A Taxa de Segurança contra Sinistros será lançada anualmente juntamente com o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Art. 414. Os imóveis residenciais de até 50 m² (cinquenta metros quadrados) ficam isentos do pagamento da taxa de que trata esta Subseção.

Seção II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 415. O contribuinte das taxas previstas neste capítulo é a pessoa física ou jurídica que se enquadrar em quaisquer das situações previstas.

Seção III
DO CÁLCULO DAS TAXAS.

Art. 416. As Taxas, previstas neste Capítulo, pelos Serviços Públicos Urbanos prestados ou colocados à disposição serão calculadas de acordo com as disposições deste Capítulo.

Seção IV
DO LANÇAMENTO.

Art. 417. As Taxas pela utilização dos Serviços Públicos Urbanos prestados ou colocados à disposição serão lançadas em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos, e na respectiva tabela do valor das taxas.

CAPÍTULO IV
DAS TAXAS DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Seção I
DO FATO GERADOR.

Art. 418. As Taxas de Serviços Administrativos tem como fato gerador a prestação de serviços administrativos de qualquer natureza, sendo devida pelo contribuinte que solicitar o serviço.

Subseção I
Da Taxa de Expediente - TEX

Art. 419 ~~A Taxa de Expediente é devida pelos atos emanados pela administração municipal decorrentes da apresentação de petições ou requerimentos às repartições públicas municipais, ou pela lavratura de documentos em geral. (Revogado pela Lei nº 1748/2007)~~

Art. 420 ~~A Taxa é devida pelo próprio requerente ou pelo interessado no ato administrativo municipal. (Revogado pela Lei nº 1748/2007)~~

Art. 421 ~~A cobrança da taxa será efetuada antecipadamente à realização do ato administrativo, no momento do protocolo da petição ou requerimento. (Revogado pela Lei nº 1748/2007)~~

Art. 422 Ficam isentos da taxa de expediente:

- ~~— Os requerimentos e as certidões dos servidores municipais ativos, sobre assunto de estrita natureza funcional;~~
- ~~— Os requerimentos relativos a fins militares ou eleitorais;~~

~~Os requerimentos ou abaixoassinados que tratarem de assuntos de interesse público da administração municipal, ou subscrito por entidade de classe, civis ou sindicais:~~

- ~~— As petições em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abuso de poder;~~
- ~~— O fornecimento de certidões para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal. (Revogado pela Lei nº 1748/2007)~~

Art. 423 ~~A taxa de expediente cobrada com base na Unidade Fiscal Municipal - UFM, aplicando-se a Tabela constante do Anexo X.~~

Subseção II
~~Das Taxas de Serviços Diversos - TSD~~

(Revogado pela Lei nº 1748/2007)

Art. 424. A Taxa de Serviços Diversos tem por fato gerador a prestação de serviços pelo município, referentes à numeração de prédios, a apreensão de bens móveis ou mercadorias, inscrição em dívida ativa, a apreensão de animais, entre outros serviços de natureza administrativa.

Parágrafo único. O contribuinte da taxa será o solicitante ou quem der causa a ação administrativa exigida.

Art. 425. A Taxa de Serviços Diversos será cobrada com base na Unidade Fiscal Municipal - UFM, de acordo com Tabela constante do Anexo XI.

Parágrafo único. Além da taxa, responderá o contribuinte pelas eventuais despesas decorrentes da arrecadação, transporte, conservação e manutenção dos bens apreendidos.

TÍTULO VII
DAS CONTRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Seção I

DO FATO GERADOR

Art. 426. A Contribuição de Melhoria instituída e regulada por este Código, tem por fato gerador a realização de obra pública, que proporcione acréscimo de valor econômico, efetivo ou potencial, direto ou indireto, em patrimônio de particulares, localizados em sua área de abrangência, e terá como limite global a despesa realizada.

Parágrafo único. São objeto de Contribuição de Melhoria as seguintes obras públicas:

- Abertura, alargamento, pavimentação, passeios públicos, arborização e outros melhoramentos em vias e logradouros públicos;
- Construção ou ampliação do sistema de trânsito rápido, incluindo todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
- Construção ou ampliação de parques, praças, pontes, túneis e viadutos; IV - Obras de canalização, drenagem e esgotos pluviais;
- Proteção contra secas, inundações erosão e de saneamento e drenagem em geral, diques, desobstrução de valas, retificação e regularização de cursos de água e extinção de pragas prejudiciais a qualquer atividade;
- Aterros e realização de embelezamentos em geral, inclusive, desapropriações em desenvolvimento de plano de aspectos paisagísticos e urbanísticos;
- Construção ou pavimentação de estradas de rodagem;

Construção ou instalação de equipamentos comunitários públicos. IX Recuperação de áreas degradadas.

X - Vários outros tipos de melhoramentos públicos.

Seção II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 427. É contribuinte ou responsável pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência de obras públicas.

Parágrafo único. Os imóveis em condomínio indiviso serão considerados de propriedades de um só condômino, cabendo a esse exigir dos demais condôminos, a parte que lhes couber.

Art. 428. Para os demais imóveis a contribuição de melhoria será lançada em nome de seus respectivos titulares.

Art. 429. A contribuição de melhoria constitui ônus real, acompanhando o imóvel mesmo após a transmissão.

Seção III

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 430. Para fixação da contribuição de melhoria, o órgão fazendário municipal com base no custo da obra apurado:

- Delimitará a zona de influência da obra;
- Dividirá a zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefício dos imóveis, se for o caso;
- Individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa; IV - Obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados;

V - Calculará a contribuição de melhoria relativa a cada imóvel.

Parágrafo único. A base de cálculo da contribuição de melhoria é o valor econômico proporcionado pela realização da obra pública, verificada entre a diferença do imóvel antes e depois da realização da obra pública.

Seção IV DO LANÇAMENTO

Art. 431. Precederá ao lançamento da Contribuição de Melhoria, a publicação dos seguintes elementos:

I - Memorial descritivo do projeto; II - Orçamento do custo da obra;

- Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, quando for o caso;
- Delimitação da zona de influência;
- Determinação do fator de absorção do custo para cada uma das zonas diferenciadas nela contida.
- Valor da contribuição de melhoria correspondente a cada imóvel.

Parágrafo único. É lícito ao contribuinte impugnar qualquer dos elementos referidos neste artigo, desde que o faça até 30 (trinta) dias após a publicação dos mesmos.

Art. 432. Reputam-se executadas pelo Município, para fins de lançamento de Contribuição de Melhoria, as obras executadas em conjunto com o Estado, ou com a União, tomando como limite máximo para a soma dos lançamentos o valor com que o Município participa da execução.

Art. 433. Na apuração serão computados as despesas relativas a estudos, aos projetos e administração da obra.

Art. 434. A distribuição do montante global da Contribuição de Melhoria se fará entre os contribuintes, proporcionalmente à participação da soma de um ou mais dos seguintes grupos de elementos:

- Valor de propriedade ou unidade condominial localizada na área de influência da obra pública, constante do Cadastro Imobiliário;
- Testada de propriedade territorial; III - Área de propriedade territorial; IV - Área edificada.

Parágrafo único. Na determinação do valor da Contribuição de Melhoria poderá ser considerada a diferenciação de uso do imóvel.

Art. 435. Em função da localização, os imóveis serão classificados em zonas de influência através do decreto do Poder Executivo.

Art. 436. Do lançamento da Contribuição de Melhoria será notificado o responsável pela obrigação principal, informando-o quanto:

- Ao montante de crédito tributário;
- A forma, prazo e local de pagamento;
- Os elementos que integram o cálculo do montante; IV - Prazo concedido para reclamação.

Art. 437. Compete ao órgão fazendário municipal lançar a Contribuição de Melhoria, com base nos elementos que lhe forem fornecidos pela repartição responsável pela execução da obra ou melhoramento.

Art. 438. No caso de fracionamento do imóvel já lançado, poderá o lançamento, mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imóveis ou unidades em que efetivamente se fracionar o primitivo.

Art. 439. As reclamações contra lançamentos referentes à Contribuição de Melhoria, formarão processos comuns e serão julgados de acordo com as normas gerais estabelecidas pela legislação tributária.

Seção V DO PAGAMENTO

Art. 440. O pagamento da Contribuição de Melhoria poderá ser feito de uma só vez ou parcelado, de acordo com os seguintes critérios:

- O pagamento em uma só vez, ensejará a obtenção do desconto de 10% (dez por cento), se efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do lançamento;
- O pagamento parcelado em até dez vezes não incidirá acréscimo de juros;
- O pagamento parcelado em mais dez vezes será acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, e, quando a variação do período for superior a 12% aa, as parcelas terão os seus valores atualizados pelo IGP-M.

CAPÍTULO II DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

Seção I DO FATO GERADOR

Art. 441. O fato gerador da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública é prestação do serviço de iluminação pública, compreendidas as despesas com energia elétrica consumida, e com a administração, operação, manutenção, efficientização e ampliação do serviço de iluminação pública.

Seção II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 442. A Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública será devida pelos proprietários titulares de domínio útil ou ocupante de imóveis edificados, beneficiados ou que venham a se beneficiar direta ou indiretamente, com os serviços de iluminação pública.

Seção III DAS ISENÇÕES

Art. 443. Ficam isentos da cobrança da CIP. os contribuintes que se enquadrarem no Anexo XII.

Seção IV DA BASE DE CÁLCULO

Art. 444. Para os imóveis edificados, a base de cálculo da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública será o consumo de energia elétrica, de acordo com a Tabela constante do Anexo XII.

Art. 445. Para os imóveis não edificados, a base de cálculo da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública será o serviço colocado à disposição de acordo com a Tabela constante do Anexo XII.

Art. 446. Fica instituída a UVC - Unidade de valor para Custeio, importância estabelecida como referência para o custeio entre os contribuintes da despesa correspondente, com valor de R\$ 39,39 (trinta e nove reais e trinta e nove centavos).

Parágrafo único. Quando houver reajustes de preço da tarifa de consumo de energia para a iluminação pública, o valor da UVC será reajustado no mês subsequente, no mesmo percentual de aumento tarifário concedido a Copel Distribuição S.A.

Seção V

DA ARRECADAÇÃO

Art. 447. A arrecadação da CIP sobre os imóveis ligados diretamente à rede de distribuição de energia elétrica será feita pela Copel Distribuição S.A, através de parcelas mensais cobradas através das faturas de energia dessa concessionária.

§ 1º Para fins de cumprimento ao disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar contrato de prestação de serviço com a Copel Distribuição S.A, para que esta proceda à arrecadação da CIP em favor do Município.

§ 2º O produto de arrecadação mensal efetuada pela Copel Distribuição S.A, será por ela lançado em conta própria, ficando a mesma, desde logo, autorizada a utilizar o montante arrecadado na liquidação total ou parcial das despesas relativas ao serviço de iluminação pública do Município.

§ 3º A arrecadação da CIP relativa aos imóveis não edificados será realizada pelo órgão fazendário municipal, através do lançamento do valor anual devido juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I DOS PRAZOS

Art. 448. Os prazos fixados neste Código ou na legislação tributária serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o de vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 449. Quando as regras deste Código não tratarem de forma diversa, o prazo para recolhimento dos créditos tributários serão:

- Decorrentes de tributos, até o 30º (trigésimo) dia da ocorrência do fato gerador;
- Decorrentes de lançamento fiscal por notificação com adicional de multa variável, até o 30º (trigésimo) dia de conhecimento da notificação ou da publicação do edital de comunicação;
- De lançamento fiscal, por auto de infração pelo descumprimento de obrigação acessória, até o 30º (trigésimo) dia da data do conhecimento do auto ou do edital de comunicação.

CAPÍTULO II

DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM

Art. 450. Para fins de referência fiscal, fica instituída a Unidade Fiscal Municipal - UFM, no valor correspondente a R\$ 61,00 (sessenta e um reais), cujo valor será atualizado anualmente, sempre no mês de dezembro, pela variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, ou por outro que venha lhe substituir.

Parágrafo único. A atualização da Unidade Fiscal Municipal, na forma deste artigo, dar-se-á através de ato do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Art. 451. O Poder Executivo Municipal expedirá, através de atos próprios, regulamentos e instruções que se apresentarem necessárias à correta e eficaz aplicação deste Código.

Art. 452. São partes integrantes da presente Lei os Anexos I a XII.

Art. 453. Ficam revogadas as disposições em contrário, e, especialmente a Lei Municipal nº **626**, de 30 de novembro de 1977.

Art. 454. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2007.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Palmas, em 27 de dezembro de 2.006.

Eliseu Lustosa Milla Vereador Presidente.

ANEXO I

Mapa de Planta Genérica de Valores

ANEXO I - A

TABELA ALÍQUOTAS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU.

Para Casas.

Até 250 m2	0,30 %
Até 500 m2	0,40%
Até 1.000 m2	0,50%
Acima de 1000 m2	0,60%

Apartamentos

Até 150 m2	0,30 %
-------------------	---------------

Até 250 m2	0,40%
Até 350 m2	0,50%
Acima de 350 m2	0,60%

Demais imóveis edificados

Todos os imóveis	0,30%
-------------------------	--------------

Imóveis não Edificados

Todos os imóveis	0,70 %
-------------------------	---------------

ANEXO II

TABELA DOS SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS PELO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS
E ALÍQUOTAS CORRESPONDENTES

	Serviços Tributários	Pessoa Física, Quantidade fixa em UFM por ano	Pessoa Jurídica, Alíquotas sobre o preço dos serviços (faturamento)
1.0	Serviços de informática e congêneres		
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas:	06	2%
1.02	Programação:	06	2%
1.03	Processamento de dados e congêneres:	06	2%
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos:	06	2%
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação:	06	2%
1.06	Assessoria e consultoria em informática:	06	2%

1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados:	06	2%
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas:	06	2%
2.0	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza:		
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza:	06	2%
3.0	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres:		
3.01	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda:	06	2%
3.02	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza:	-	2%
3.03	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza:	-	2%
3.04	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário:		2%
4.0	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres:		
4.01	Medicina e biomedicina:	6	2%
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres:	6	3%
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres:	-	3%
4.04	Instrumentação cirúrgica:	6	3%
4.05	Acupuntura:	6	3%
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares:	6	3%

4.07	Serviços farmacêuticos:	6	3%
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia:	6	3%
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental:	6	3%
4.10	Nutrição:	6	2%
4.11	Obstetrícia:	6	3%
4.12	Odontologia:	6	3%
4.13	Ortótica:	6	3%
4.14	Próteses sob encomenda:	6	2%
4.15	Psicanálise:	6	3%
4.16	Psicologia:	6	2%
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres:	-	ISENTO
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres:	12	3%
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e	-	ISENTO

	congêneres:		
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie:	-	ISENTO
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres:	-	2%
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres:	-	3%
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário:	-	3%
5.0	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres:		
5.01	Medicina veterinária e zootecnia:	6	2%
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária:	-	2%
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária:	-	3%
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres:	06	2
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres:	-	ISENTO
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie:	-	ISENTO
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres:	3	2%
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres:	-	2%
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária:	-	2%
6.0	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres:		
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres (por profissional):	2	2%
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres:	2	2%
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres:	2	2%
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas:	2	2%

6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres:	-	3%
7.0	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres:		
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres:	6	3%
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS):	3	2%
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade,	12	3%

	estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia:		
7.04	Demolição:		3%
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS):	3	3%
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço:	2	3%
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres:	3	3%
7.08	Calafetação:	3	3%
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer:	2	3%
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres:	2	3%
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores:	2	3%
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos:	2	3%
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres:	2	3%
7.14	Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres:	3	3%
7.15	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres:	2	3%
7.16	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres:	-	3%
7.17	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo:		
7.18	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres:	6	3%
7.19	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais:	3	3%
7.20	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres:	3	3%
8.0	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza:		

8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	6	3%
------	--	---	----

8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	6	3%
9.0	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart - service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).		3%
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	6	3%
9.03	Guias de turismo.	3	3%
10.0	Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	6	3%
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5	5%
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	10	3%
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	10	5%
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	10	2%
10.06	Agenciamento marítimo.	10	3%
10.07	Agenciamento de notícias.	10	3%
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	6	3%
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3	3%
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	3	3%
11.0	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3	3%
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	2	3%
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	3	3%
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3	2%
12.0	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01	Espectáculos teatrais.	ISENTO	ISENTO

12.02	Exibições cinematográficas:	ISENTO	ISENTO
12.03	Espetáculos circenses, por até quinze dias:	10	-
12.04	Programas de auditório:	ISENTO	ISENTO
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres, por até quinze dias:	30	-
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres:	5	3%
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres:	ISENTO	ISENTO
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres:	ISENTO	ISENTO
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônica s ou não:	3	-
12.10	Corridas e competições de animais:	5	2%
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador:	ISENTO	ISENTO
12.12	Execução de música:	ISENTO	ISENTO
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres:	ISENTO	ISENTO
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo:	3	3%
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres:	ISENTO	ISENTO
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres:	ISENTO	ISENTO
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza:	3	3%
13.0	Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia:		
13.01	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres:	3	3%
13.02	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres:	3	3%
13.03	Reprografia, microfilmagem e digitalização:	3	3%
13.04	Composição gráfica, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia, fotolitografia:	3	3%
14.0	Serviços relativos a bens de terceiros:		
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS):	3	2%
14.02	Assistência técnica:	3	3%
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS):	2	3%
14.04	Recapachutagem ou regeneração de pneus:	2	3%
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer:	2	3%

14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3	3%
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	2	3%
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3	3%
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3	2%
14.10	Tinturaria e lavanderia.	5	2%
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3	3%
14.12	Funilaria e lanternagem.	3	2%
14.13	Carpintaria e serralheria.	2	2%
15.0	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.		5%
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.		5%
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.		5%
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.		5%
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.		5%
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.		5%
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.		5%
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão;		5%

	concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.		
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).		5%

15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.		5%
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.		5%
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.		5%
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.		5%
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.		5%
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.		5%
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.		5%
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.		5%
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito		5%

	imobiliário.		
16.0	Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01	Serviços de transporte de natureza municipal.	5	2%
17.0	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza; inclusive cadastro e similares.	10	2%
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	ISENTO	ISENTO
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	10	2%
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	6	3%
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	6	3%

17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários:	5	4%
17.07	Franquia (franchising):		3%
17.08	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas:	10	3%
17.09	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres:	6	3%
17.10	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS):	3	3%
17.11	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros:	6	3%
17.12	Leilão e congêneres:	10	3%
17.13	Advocacia:	6	2%
17.14	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica:	6	3%
17.15	Auditoria:	12	3%
17.16	Análise de Organização e Métodos:	10	3%
17.17	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza:	10	3%
17.18	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares:	6	2%
17.19	Consultoria e assessoria econômica ou financeira:	10	3%
17.20	Estatística:	10	3%
17.21	Cobrança em geral:	06	3%
17.22	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring):	10	4%
17.23	Apresentação de palestras, conferências, seminários e	10	3%

	congêneres:		
18.0	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres:		
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres:	10	3%
			3%
19.0	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres:		
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres:	2	3%
20.0	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários:		

20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5	3%
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5	3%
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	-	3%
21.0	Serviços de registros públicos, cartorários e nota riais.		
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e nota riais.	10	5%
22.0	Serviços de exploração de rodovia.		
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em	-	5%

	contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.		
23.0	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	10	3%
24.0	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	2	3%
25.0	Serviços funerários.		
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes, aluguel de capela, transporte do corpo cadavérico, fornecimento de flores, coroas e outros paramentos, desembaraço de certidão de óbito, fornecimento de véu, essa e outros adornos, embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	-	3%
25.02	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	-	3%
25.03	Planos ou convênio funerários.	-	3%
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3	3%
26.0	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas, courier e congêneres.		
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas, courier e congêneres.	5	5%

27.0	Serviços de assistência social:		
27.01	Serviços de assistência social:	6	3%
28.0	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza:		
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza:	10	3%
29.0	Serviços de biblioteconomia:		
29.01	Serviços de biblioteconomia:	3	3%
30.0	Serviços de biologia, biotecnologia e química:		
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química:	10	3%
31.0	Serviços técnicos em edificações, eletrônica , eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres:		
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica ,	3	3%

	eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres:		
32.0	Serviços de desenhos técnicos:		
32.01	Serviços de desenhos técnicos:	3	3%
33.0	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres:		
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres:	6	3%
34.0	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres:		
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres:	3	3%
35.0	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas:		
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas:	6	3%
36.0	Serviços de meteorologia:		
36.01	Serviços de meteorologia:	6	3%
37.0	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins:		
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins:	6	3%

38.0	Serviços de museologia.		
38.01	Serviços de museologia.	6	3%
39.0	Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3	3%
40.0	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01	Obras de arte sob encomenda.	3	3%

ANEXO II

	Serviços Tributários	Pessoa Física, Quantidade fixa em UFM por ano	Pessoa Jurídica, Alíquotas sobre o preço dos serviços (faturamento)
1.0	Serviços de informática e congêneres		
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	06	2%
1.02	Programação.	06	2%
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	06	2%
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	06	2%
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	06	2%
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	06	2%
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	06	2%
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	06	2%
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	06	2%
2.0	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	06	2%
3.0	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		

3.01	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	06	2%
3.02	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	-	2%
3.03	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	-	2%
3.04	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	-	2%
4.0	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01	Medicina e biomedicina.	12	2%
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e	12	3%

	congêneres.		
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	-	3%
4.04	Instrumentação cirúrgica.	06	3%
4.05	Acupuntura.	06	3%
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	06	3%
4.07	Serviços farmacêuticos.	06	3%
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	12	3%
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	12	3%
4.10	Nutrição.	12	2%
4.11	Obstetrícia.	12	3%
4.12	Odontologia.	12	3%
4.13	Ortóptica.	12	3%
4.14	Próteses sob encomenda.	12	2%
4.15	Psicanálise.	12	3%
4.16	Psicologia.	12	2%
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	-	2%
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	12	3%
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	06	2%
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	06	2%
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	-	2%
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	-	3%

4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	-	3%
5.0	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	06	2%
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	-	2%
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	-	3%
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	06	2%
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	-	2%
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	-	2%
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	-	2%
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	-	2%
5.09	Planos de atendimento e assistência médico - veterinária.	-	2%
6.0	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	02	2%
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	02	2%
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	02	2%
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	02	2%

6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	-	3%
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	02	3%
7.0	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	12	3%
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	03	2%
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	12	3%
7.04	Demolição.	-	3%
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	03	3%
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	02	3%
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	03	3%

7.08	Calafetação.	03	3%
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	02	3%
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	02	3%
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	02	3%
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	02	3%
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	02	3%
7.14	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	02	3%
7.15	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	02	3%

7.16	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	02	3%
7.17	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	12	3%
7.18	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	12	3%
7.19	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	03	3%
7.20	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	03	3%
8.0	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	06	3%
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	06	3%
9.0	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart - hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	-	3%
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	06	3%
9.03	Guias de turismo.	03	3%
10.0	Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	10	3%
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	10	5%
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	10	3%

10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	10	5%
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	10	2%
10.06	Agenciamento marítimo.	10	3%
10.07	Agenciamento de notícias.	10	3%
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por	10	3%

	quaisquer meios.		
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	03	3%
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	03	3%
11.0	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	03	3%
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	03	3%
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	03	3%
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	03	2%
12.0	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01	Espetáculos teatrais.	03	2%
12.02	Exibições cinematográficas.	03	2%
12.03	Espetáculos circenses, por até quinze dias.	10	2%
12.04	Programas de auditório.	03	2%
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	30	2%
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.	05	3%
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	03	2%
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	03	2%
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	03	2%
12.10	Corridas e competições de animais.	03	2%
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	03	2%
12.12	Execução de música.	03	2%
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	03	2%
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	03	3%
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	03	2%
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	03	2%
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	03	3%

13.0	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.01	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	03	3%
13.02	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	03	3%
13.03	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	03	3%
13.04	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e	03	3%

	manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.		
14.0	Serviços relativos a bens de terceiros.		
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	03	2%
14.02	Assistência técnica.	03	3%
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	03	3%
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	03	3%
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	02	3%
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	03	3%
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	03	3%
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	03	3%
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	03	2%
14.10	Tinturaria e lavanderia.	03	2%
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	03	3%
14.12	Funilaria e lanternagem.	03	2%
14.13	Carpintaria e serralheria.	03	2%
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	03	2%
15.0	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.		5%
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta - corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.		5%
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.		5%

15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.		5%
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.		5%
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e		5%

	valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.		
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.		5%
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.		5%
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).		5%
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.		5%
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.		5%
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.		5%
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.		5%
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.		5%
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.		5%
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.		5%

15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.		5%
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.		5%
16.0	Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	05	2%
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	05	2%
17.0	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	10	2%
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	10	2%
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	10	2%
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	06	3%
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	06	3%
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	06	4%
17.07	Franquia (franchising).	06	3%
17.08	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	10	3%
17.09	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	06	3%
17.10	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	06	3%
17.11	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	10	3%
17.12	Leilão e congêneres.	10	3%
17.13	Advocacia.	06	2%
17.14	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	06	3%
17.15	Auditoria.	12	3%
17.16	Análise de Organização e Métodos.	10	3%
17.17	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	10	3%
17.18	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	10	2%
17.19	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	10	3%
17.20	Estatística.	10	3%
17.21	Cobrança em geral.	06	3%
17.22	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de	10	4%

	informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).		
17.23	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	10	3%
17.24	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	10	3%
18.0	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	10	3%
19.0	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	05	3%
20.0	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	12	3%
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	12	3%
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	12	3%
21.0	Serviços de registros públicos, cartorários e nota riais.		
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e nota riais.	12	5%
22.0	Serviços de exploração de rodovia.		
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros	12	5%

	serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.		
23.0	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	10	3%
24.0	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	02	3%
25.0	Serviços funerários.		

25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	10	3%
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	10	3%
25.03	Planos ou convênio funerários.	10	3%
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	03	3%
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	06	3%
26.0	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.		
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	12	5%
27.0	Serviços de assistência social.		
27.01	Serviços de assistência social.	06	3%
28.0	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	10	3%
29.0	Serviços de biblioteconomia.		
29.01	Serviços de biblioteconomia.	03	3%
30.0	Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	10	3%
31.0	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	03	3%
32.0	Serviços de desenhos técnicos.		
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	03	3%
33.0	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	06	3%
34.0	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	03	3%
35.0	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa,		

	jornalismo e relações públicas.		
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	06	3%
36.0	Serviços de meteorologia.		
36.01	Serviços de meteorologia.	06	3%
37.0	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	06	3%
38.0	Serviços de museologia.		

38.01	Serviços de museologia.	06	3%
39.0	Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	03	3%
40.0	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01	Obras de arte sob encomenda.	03	3%

(Redação dada pela Lei nº **2541**/2017)

ANEXO III

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO - TLL

(Estabelecimentos em Geral)

TIPO DE ESTABELECIMENTO	VALOR FIXO EM UFM's
Até 100 m2	1,0
Acima 100 m2 até 200 m2	2,0
Acima de 200 m2 até 500 m2	3,0
Acima de 500 m2 até 1000 m2	5,0
Acima de 1000 m2	7,0

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO - TLL

(Profissionais Autônomos)

NÍVEIS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	VALOR FIXO EM UFM's
Profissionais liberais com nível de instrução superior	3,0
Profissionais liberais com nível de instrução médio	2,0
Trabalhadores autônomos, com grau de instrução primária ou inferior.	1,0

ANEXO IV

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE - TCA

(Exceto para Feiras e Promoção de Vendas de Produtos de Qualquer Natureza)

PRODUTOS E/OU MERCADORIAS	Quantidade UFM's	
	Por dia	Por mês
1.Peixes e aves vivas	1,0	4,0
2.Tecidos e confecções em geral.	2,0	5,0
3.Calçados em geral	2,0	5,0

4.Frutas e Verduras em geral.	1,0	4,0
5.Mudas de árvores, de fruteiras e flores.	1,0	4,0
6. Tapetes, redes e similares (por vendedores).	0,5	2,0
Alimentos preparados: lanches, sucos, refrescos, refrigerantes e similares: trailer; quiosque e barracas; carrinhos, tabuleiros e outros	1,0 1,0 1,0	3,0 3,0 5,0
8.Jóias e outros artigos similares.	1,0	3,0
9.Brinquedos, armarinhos, utensílios de uso doméstico, e similares.	1,0	4,0
10. Gêneros e produtos alimentícios em geral	1,0	4,0
11. Jornais e revistas (bancas e similares)	0,5	2,0
12. Outras mercadorias e produtos não constantes desta tabela.	2,0	5,0

ANEXO V

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA PARA UTILIZAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS - TUL

Tipo de Utilização	% da UFM		
	Dia	Mês	Ano
1.1. Balcão barraca, trailer, banca fixa, quiosque ou outro móvel similar, por m2.	5%	30%	90%
1.2. Banca de revista ou jornais por m2.	3%	20%	60%
1.3. Circo e Parque de Diversões, por m2.	1%	10%	-
1.4. Estacionamento de veículos em logradouros públicos, em locais permitidos, por m2.	0,5%	5%	10%
1.5. Mesas de bares, restaurantes e outros estabelecimentos similares, por mesa.	0,5%	5%	10%
1.6. Outras formas utilização de logradouros públicos não especificadas.	1%	10%	20%

ANEXO VI

TABELA DE CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE - TLP

FORMAS DE PUBLICAÇÃO	Quantidade de UFM's
Publicidade através de faixas, cartazes e letreiros fixados nas	

marquises, postes e demais vias públicas.	5,00
Publicidade através de alto falante em local fixo, por mês ou fração.	30,00
Publicidade através de alto falante, em veículos, por mês ou fração por veículo.	10,00

ANEXO VII

TABELA DE CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA PARA OBRAS - TLO

TIPO DE LICENÇA	Quantidade de UFM's
1. Para construção e reformas de muros e calçadas	isenta

	UFM's
2. Aprovação de projetos p/ construções residenciais, comerciais, industriais etc.	0,25
3. Implantação de Loteamentos, desmembramentos,	
arruamentos, etc,	0,001
por metro quadrado, até 10.000,00m2	12
acima de 10.000,00m2 - taxa única	
4. Aprovação de Memorial Descritivo, por unidade	0,25
5. Para construção residencial madeira ou mista	UFM's x m2
com até 70,00m2 - térrea	Isenta 0,015 0,02 0,03 0,04
de 70,01m2 a 100,00m2	
de 100,01m2 a 200,00m2	
de 200,01m2 a 300,00m2	
de 300,01m2 acima	
6. Para construção residencial em alvenaria	UFM's x m2
de 70,01m2 a 100,00m2	0,02 0,03 0,04 0,05
de 100,01m2 a 200,00m2	
de 200,01m2 a 300,00m2	
de 300,01m2 acima	
7. Para construção comercial e de prestação de serviços	UFM's x m2
com até 100,00m2	0,015
de 100,01m2 a 200,00m2	0,02

de 200,01m2 a 300,00m2 de 300,01m2 a 500,00m2 de 500,01m2 acima	0,03 0,05 0,06
8. Para construção industrial	UFM's x m2
com até 200,00m2 de 200,01m2 a 500,00m2 de 500,01m2 a 1.000,00m2 acima de 1.000,01m2 Obs.: No caso de somente estrutura e cobertura, o valor cobrado deverá ser de 50% do valor acima descrito. Para obras construídas exclusivamente no Parque Industrial, o valor cobrado será de 50% do valor acima descrito.	0,05 0,04 0,03 0,02
9. Para reforma e/ou ampliação	UFM's x m2
sem acréscimo de área com a somatória das áreas (existente e ampliação) até 70,00m2 o excedente a 70,00m2 obedecerá a tabela para construção correspondente	Isenta Isenta
10. Para demolições	UFM's x unidade

Para edificação térrea Acima de 01 pavimento	Isenta 0,25
--	----------------

ANEXO VIII

TABELA DE CÁLCULO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO - TCP

TIPO DE SERVIÇO	Quantidade de UFM's
Perpetuidade: de sepultura rasa de carneiro ou nicho de jazigo duplo	2 URMS/M2

Exumação: antes de vencido o prazo regulamentar de decomposição. depois de vencido o prazo regulamentar de decomposição	A PREFEITUR A NÃO REALIZA ESTE SERVIÇO
Diversos: abertura de sepultura, carneiro, jazigo para inumação; entrada de ossada no cemitério; retirada de ossada do cemitério; remoção de ossada no interior do cemitério; utilização de ossário; outros serviços não elencados nesta tabela.	A
	PREFEITUR
	A NÃO
	REALIZA
	ESTES
	SERVIÇOS

ANEXO IX

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE SEGURANÇA CONTRA SINISTROS - TSS

TIPO DE UTILIZAÇÃO	% UFM's/m2/ano
1. Residencial (acima de 50 m)	0,5 %
2. Comercial e Prestação de Serviços	1,0 %
3. Industrial	1,5 %
4. Outros	1,0 %

ANEXO X

TABELA DE CÁLCULO DA TAXA DE EXPEDIENTE - TEX

EXPEDIENTES		% UFM
1:	Emissão de alvarás, cartões de inscrição, atestados, certidões em 2 ^{as} vias.	10 %
2:	Emissão de documentos de arrecadação municipal - DAM	5 %
3:	Fornecimentos de Mapa da Cidade.	30 %
4:	Relações diversas, por página.	0,2%
5:	Análise de projetos de construção	20 %

6.	Vistorias de qualquer natureza	50%
7.	Aprovação de projeto de loteamento ou desmembramento	100%
8.	Fornecimento de cópias, por folha:	0,3%
9.	Requerimentos diversos e outros expedientes não especificados	5,0%

(Revogado pela Lei nº **1748**/2007)

ANEXO XI

TABELA DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS - TSD

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.		% UFM
1.	Numeração de prédios (inclusive pelo fornecimento da placa)	2 %
2.	Arrecadação de bens móveis e semoventes aos depósitos municipais, por dia ou fração.	3%
3.	Vistoria Alvará Habite-se, por m2.	0,5%
4.	Inscrição em Dívida Ativa	10 %
5.	Outros serviços administrativos não especificados	3%

ANEXO XII

TABELA DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP.

FAIXA DE CONSUMO EM KWH POR MÊS		VALOR DA CIP MENSAL EM R\$
1. Residencial	Desconto UVC	
De 00 até 70	100%	0,00
De 71 até 100	94%	2,36
De 101 até 120	90%	3,94
De 121 até 150	87%	5,12
De 151 até 180	82%	7,09
De 181 até 220	78%	8,67
De 221 até 260	73%	10,64
De 261 até 310	70%	11,82
De 311 até 400	67%	13,00
De 401 até 500	60%	15,76
De 501 até 600	50%	19,70
De 601 até 1000	40%	23,64

De 1001 até 9999 20%	31,51
----------------------	-------

2. Comercial		
De 00 até 100	96%	1,58
De 101 até 200	93%	2,76
De 201 até 300	90%	3,94
De 301 até 500	80%	7,88
De 501 até 600	70%	11,82
De 601 até 1000	60%	15,76
De 1001 até 1500	40%	23,63
De 1501 até 3000	30%	27,57
De 3001 até 99999	20%	31,51

3. Industrial		
De 00 até 300	90%	3,94
De 301 até 600	85%	5,91
De 06010 até 1000	80%	7,88
De 1001 até 2000	60%	15,76
De 2001 até 5000	40%	23,63
De 5001 até 9999	20%	31,51

2. Poder Publico		
De 00 até 100	96%	1,58
De 101 até 200	93%	2,76
De 201 até 300	90%	3,94
De 301 até 500	80%	7,88
De 501 até 600	70%	11,82
De 601 até 1000	60%	15,76
De 1001 até 1500	40%	23,63
De 1501 até 3000	30%	27,57
De 3001 até 99999	20%	31,51

